

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**CULTURA E IDENTIDADE DE ESTUDANTES INDÍGENAS EM
UMA ESCOLA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NORMANDIA- RR**

Maria Elisângela Lima dos Santos

Dissertação
Mestrado em Educação
Boa Vista/RR, Junho de 2019

MARIA ELISÂNGELA LIMA DOS SANTOS

**CULTURA E IDENTIDADE DE ESTUDANTES INDÍGENAS EM UMA
ESCOLA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE NORMANDIA- RR**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra de S. Santos.

Boa Vista – RR
Junho 2019

Copyright © 2019 by Maria Elisângela Lima dos Santos

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237c SANTOS, Maria Elisângela Lima dos.

Cultura e identidade de estudantes indígenas em uma escola da sede do Município de Normandia – RR. / Maria Elisângela Lima dos Santos. – Boa Vista (RR) : UERR, 2019.

116 f. il. Color 30 cm.

Dissertação ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, tendo como área de concentração: Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Alessandra de S. Santos.

Inclui apêndices.

1. Cultura 2. Prática docente 3. Diversidade Cultural 4. Identidade 5. Interculturalidade I. Santos, Alessandra de S. (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Roraima – IFRR IV. Título

UERR.Dis.Mes.Edu.2019.11 CDD – 305.80098114 (21. ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA ELISÂNGELA LIMA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora



PROF^a. DR^a. ALESSANDRA DE SOUZA SANTOS
Orientadora
UERR



PROF^a. DR^a. ROSELI BERNARDO SILVA DOS SANTOS
Membro Titular Interno
IFRR



PROF^a. DR^a. RAIMUNDA MARIA RODRIGUES SANTOS
Membro Titular Externo
IFRR

Boa Vista – RR

2019

Dedico este trabalho, primeiramente, a meus pais, pela educação que me deram, sem o alicerce de uma família sólida, e presente na educação dos filhos eu não chegaria até aqui.

À meus irmãos e sobrinhos, que não mediram esforços para me ajudar nessa etapa tão importante da minha vida.

À meus filhos, genro e netos que participaram dessa etapa comigo, entenderam minhas ausências e angustias, em especial a minha filha Amanda Nicole Gomes de Lima, que por ser bebê ainda, pedia atenção e carinho, amo vocês, foi por vocês que cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Alessandra de Souza Santos, minha orientadora, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

À minha chefe, Raimunda Maria Rodrigues Santos, pela paciência e compreensão no trabalho, por entender que o mestrado precisa de muita dedicação e estudo.

À colega e amiga Roselis Bastos da Silva, que me ajudou a entender o processo da educação intercultural, muito obrigada.

Às colegas de trabalho Andréia da Silva, Larissa Leite, Everaldo Limão, Luzivan Policarpo, Isabela Coutinho, Maria Eliana Lima pelo incentivo e carinho nessa etapa importante de minha vida.

À amiga e irmã Maria Lurdiana Lima dos Santos gestora da Escola Municipal Castro Alves, pela atenção, carinho e por abrir as portas da escola para a pesquisa científica.

“Nosso país será justo quando brancos, negros, indígenas e outras etnias viverem em condições de igualdade de direitos sociais”.

Felipe B. Anezzi

RESUMO

O presente trabalho refere-se à questão da Cultura e Identidade de estudantes indígenas em uma escola na sede do Município de Normandia -RR. A sede do Município de Normandia é a única área não indígena, devido a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, observou-se o crescimento da população indígena na sede do Município. O objetivo deste trabalho foi identificar nas práticas dos docentes a relação com a diversidade cultural na turma de 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Castro Alves na sede do município de Normandia/RR. Para isso, adotamos a pesquisa de vize etnográfico desenvolvida por meio do método etnográfico. Como instrumentos de pesquisa realizou-se a observação participativa no contexto escolar e em sala de aula, entrevistas semiestruturadas com a gestão escolar, docente, estudantes e pais de estudantes, diário de campo e análise de documentos. O problema da pesquisa centrou-se em saber quais as dificuldades e os desafios enfrentados pelos docentes das escolas da sede do Município de Normandia na sua prática pedagógica para atender aos estudantes indígenas. Apesar de haver trabalhos sobre a temática indígena, não foi identificado nenhum que se dedique a estudar as relações de interculturalidade da prática docente com estudantes indígenas e não indígenas do município de Normandia, depois da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Com a execução do trabalho foi constatado que as relações da prática do professor com a diversidade cultural dos estudantes não ocorrem. O estudo aponta, em primeiro lugar, para a necessidade de preservação da língua Makuxi, sobre a oferta de um curso de línguas, e formação continuada pedagógica para que os professores possam estar preparados para trabalhar a diversidade cultural existente na escola.

Palavras-chave: Cultura. Prática docente. Diversidade Cultural. Identidade. Interculturalidade.

ABSTRACT

The present study refers to the issue of culture and identity of indigenous students at a school in the headquarters of the municipality of Normandy -RR. The seat of the municipality of Normandy is the only non-indigenous area, because of the approval of the Indigenous Land Raposa Serra do Sol, it was observed that the growth of the indigenous population in the headquarters of the municipality., The objective of this study was to identify the practices of teachers, the relationship with the cultural diversity in the classroom of 5th year of basic education of the Municipal School Castro Alves in the headquarters of the municipality of Normandy/RR. To do this, we use the ETHNOGRAPHIC VIEZ research developed through the ethnographic method. As research instruments held the participatory observation in the school context, and in the classroom, structured interviews with the school management, teachers, students and parents of students, field diary and document analysis. The problem of the research focused on what the difficulties and challenges faced by teachers of the schools of the headquarters of the municipality of Normandy in their pedagogical practice to meet the indigenous students. Although there are studies on the theme Indigenous, was not identified any who is engaged to study the relationships of interculturalidade the teaching practice with indigenous and non-indigenous students from the municipality of Normandy, after the demarcation of Indigenous Land Raposa Serra do Sol. With the implementation of the work was noticed that relations of teacher practice with the adversity of cultural students do not occur. The study points out, firstly, to the necessity of preserving language Makuxi, on the provision of a language course, and pedagogical training for teachers can be prepared to work the existing cultural adversity at school.

Keywords: Culture. Teaching practice. Cultural Diversity. Identity. Interculturality.

LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMCA	Escola Municipal Castro Alves
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FATESP	Faculdade Tecnológica de São Paulo
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Programa de Formação de Professores da Educação Básica
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
RR	Roraima
RSS	Raposa Serra do Sol
TI	Terra Indígena
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UNIVIRR	Universidade Virtual de Roraima
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

LISTAS DE FOTOGRAFIAS E FIGURAS

Foto 1 -	Município de Normandia.....	17
Foto 2 -	Município de Normandia.....	17
Foto 3 -	Festa da melancia.....	19
Foto 4 -	Festa da melancia.....	19
Foto 5 -	Festejos da padroeira de Normandia.....	20
Foto 6 -	Festejos da padroeira de Normandia.....	20
Foto 7 -	Lago Caracaranã.....	22
Foto 8 -	Criação de gado.....	22
Foto 9 -	Criação de gado.....	22
Foto 10 -	Plantação de melancia.....	23
Foto 11 -	Plantação de melancia.....	23
Foto 12 -	Fabricação de tijolos.....	23
Foto13 -	Fabricação de tijolos.....	23
Foto 14 -	Secretaria Municipal Educação Itinerante.....	26
Foto 15 -	Secretaria Municipal Educação Itinerante.....	26
Foto 16 -	Merenda Escolar.....	27
Foto 17 -	Merenda Escolar.....	27
Foto 18 -	Escola Castro Alves.....	28
Foto 19 -	Sala de aula.....	29
Foto 20 -	Sala da gestão.....	30
Foto 21 -	Secretaria da escola.....	30
Foto 22 -	Sala dos professores.....	31
Foto 23 -	Pátio da escola.....	31
Foto 24 -	Banheiros.....	32
Figura 1-	Bandeira do Município de Normandia.....	15

LISTA DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS

MAPA 1 – Município de Normandia.....	16
MAPA 2 – TI Raposa Serra do Sol.....	17
TABELA 1- Índice do IDEB da Escola Municipal Castro Alves.....	34
GRÁFICO 1 - Você é indígena?.....	69
GRÁFICO 2 - Fala Makuxi?.....	70
GRÁFICO 3 - Veio de qual Comunidade ou Município?.....	70
GRÁFICO 4 - Você acha importante preservar sua cultura e sua língua?....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1: Definindo a pesquisa: lócus e aspectos teóricos.....	15
1.1 Aspecto histórico e geográfico do município de Normandia /Roraima.....	15
1.2 Divisão Administrativa.....	20
1.3 Economia.....	21
1.4 Deslocamentos indígenas da Raposa Serra do Sol para a sede do Município de Normandia.....	24
1.5 Secretaria Municipal de Normandia.....	25
1.6 Perfil da Escola Castro Alves.....	27
1.6.1 Aspectos Curriculares.....	33
1.6.2 Avaliação.....	35
Capítulo 2: Cultura, Interculturalidade e Identidade.....	37
2.1 Cultura.....	37
2.2 Interculturalidade.....	40
2.2 A Prática Docente Interculturalidade no Contexto Escolar.....	41
2.2.1 Educação escolar Indígena e a Legislação Brasileira.....	43
2.3 Identidade indígena, sentido e significado da língua Makuxi.....	45
Capítulo 3: Metodologia de pesquisa.....	49
3.1 Objeto de Análise.....	49
3.1.1 Pesquisa de Campo.....	50
3.1.2 Observação Participativa.....	51
3.1.3 Entrevista Semiestruturada.....	51
3.1.4 Diário de Campo.....	52
Capítulo 4: Os dados e análises.....	53
4.1 Relato da Pesquisa.....	53

a) Observação da Sala de Aula.....	54
b) Projeto Político Pedagógico.....	55
4.2 Análises dos Dados.....	57
4.2.1 Entrevista com a Gestão Escolar.....	57
4.2.2 Entrevista com o Docente.....	63
4.2.3 Entrevista com os Pais.....	69
2.4 Entrevista com os Estudantes.....	74
5 Considerações Finais.....	81
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICES.....	90
Apêndice A Roteiro de Entrevista Docente.....	90
Apêndice B Roteiro de Entrevista Estudantes.....	91
Apêndice C Roteiro de Entrevista Pais.....	92
Apêndice B Roteiro de Entrevista Gestão Escolar.....	93

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar nas práticas dos docentes a relação com a diversidade cultural¹ na turma de 5º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Castro Alves, no município de Normandia/RR, com vistas a refletir sobre a diversidade cultural inerente aquele espaço escolar.

Nasci na sede do Município de Normandia-Roraima, área que passou pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Desde a infância sempre ouvia os comentários dos mais velhos sobre as constantes brigas entre indígenas e fazendeiros nas disputas por terras no referido espaço geográfico.

Com o passar dos anos, após a demarcação e homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a retirada dos não indígenas, foi percebido o deslocamento dos não indígenas residentes da sede do município de Normandia para Boa Vista. Muitos destes indivíduos, relatavam à época que deixaram o município por questões financeiras, pois a retirada dos arroteiros e pecuaristas da área demarcada prejudicou-os.

No mesmo período, observou-se que indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol se deslocaram para a sede do Município. Alguns diziam que sentiram de alguma forma o impacto da demarcação, pois com a retirada dos fazendeiros e arroteiros que utilizavam a mão de obra indígena, a fonte de renda daquela região, reduziu significativamente.

Durante os anos que trabalhei como professora na sede do Município de Normandia, observei que os estudantes indígenas eram a maioria do corpo discente. Neste período de trabalho docente na Escola Cândida Meneses, surgiram inquietações que me motivaram a apresentar uma proposta de estudo que abordasse, especialmente, como é feita na EMCA em Normandia a prática pedagógica do professor para trabalhar a interculturalidade entre indígenas e não indígenas, sendo a sede a única área não demarcada povoada por não indígenas. Esta escola foi escolhida por atender estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino fundamental e que ainda estão em processo de adaptação cultural.

¹ A diversidade cultural neste trabalho é compreendida como um complexo que envolve as diferentes línguas, hábitos de alimentação, danças e crenças religiosas que colaboram para a construção da identidade dos sujeitos.

Outro fator que contribuiu para a escolha desta temática é a relevância atual da discussão no campo educacional sobre a “educação escolar indígena”. Compreendo essa reflexão poderá contribuir para a preservação cultural e da identidade indígena. Porém para que tal contribuição ocorra, faz-se necessário que haja sensibilidade com a questão intercultural. Para tanto deve haver o preparo e qualificação dos profissionais da educação que atuam em espaços como o da Escola Municipal Castro Alves, caso contrário a não percepção da necessidade da manutenção da diversidade cultural do referido espaço, poderá ser um dos fatores a colaborar com a extinção da Língua Makuxi na sede do Município de Normandia.

Diante do exposto, considerando a importância da Língua Makuxi para o patrimônio cultural de Roraima, reconhecendo-a como fator importante para a construção da identidade dos indígenas da etnia Makuxi e tendo o cenário escolar como campo de pesquisa, encontro a relevância científica e social da pesquisa que proponho neste trabalho.

Cabe mencionar que, apesar de existirem trabalhos sobre a temática indígena, não foi identificado nenhum que se dedique a estudar as práticas docentes e suas relações com as diversidades culturais em sala de aula na escola da sede do município de Normandia.

Assim, cinco elementos se destacam neste estudo: Prática Docente, cultura, Diversidade Cultural, interculturalidade, Identidade.

Indaga-se nesta pesquisa: quais as dificuldades e os desafios enfrentados pelos docentes das escolas da sede do Município de Normandia na sua prática pedagógica frente ao atendimento de estudantes indígenas.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro apresentaremos o local da pesquisa seus aspectos históricos e geográficos do Município de Normandia Roraima, demarcação da TI RSS, processo de deslocamento indígena da Raposa Serra do Sol para a sede do Município de Normandia, considerado neste trabalho como um jogo de forças econômicas, culturais e políticas. O capítulo apresenta ainda a Secretaria Municipal de Educação e a Escola Municipal Castro Alves, esta última será objeto de investigação deste trabalho.

O segundo capítulo pretende aprofundar os referenciais teóricos sobre cultura, interculturalidade e identidade. A cultura neste trabalho é vista como a identidade de um povo uma vez que cada grupo é identificado por sua cultura, por suas vivências

por seu modo de vida. A interculturalidade é base o diálogo para que os grupos possam interagir socialmente de forma a enriquecer suas culturas. Nesta pesquisa estudar a identidade indígena e a língua makuxi, por ser a etnia de maior representatividade no espaço estudado.

O terceiro capítulo trata, essencialmente, do passo a passo do desenvolvimento da pesquisa, assim o método de pesquisa é um estudo de natureza etnográfica, esse método foi escolhido por se interessar pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão das minorias. A pesquisa de campo foi utilizada tendo em vista, a necessidade de interação a população alvo da pesquisa que são os indígenas e não indígenas, parceiros na pesquisa. A observação participante foi utilizada por colocar o pesquisador e pesquisados em constante interação, que é um dos grandes objetivos da pesquisa etnográfica. A entrevista semiestruturada teve como finalidade de conhecer como a escola trabalha a questão da diversidade cultural. Todas as informações levantadas durante a pesquisa serão registradas em um caderno para a elaboração de um relatório.

No quarto capítulo buscou-se demonstrar os resultados da pesquisa na escola do município de Normandia. Seguindo os pressupostos da pesquisa etnográfica trabalhamos com a discussão das análises dos dados levantados da pesquisa com o gestor, docente, pais e discentes. Para um melhor entendimento dos dados apontados procurou-se compreender a relevância dos relatos obtidos a partir da participação dos Estudantes ao longo das diversas atividades desenvolvidas na Escola, tais como: projetos e atividades em sala de aula.

E por fim, as considerações finais sobre a pesquisa na EMCA, onde foi constatado que a maioria dos estudantes são de origem indígena, pertencentes a etnia makuxi, desse modo com o desenvolvimento deste estudo observei que é possível desenvolver uma prática pedagógica diferenciada que atenda a demanda de estudantes indígenas na EMCA que é uma escola urbana, faz-se necessário e urgente a implementação de políticas públicas voltadas para educação escolar indígena na escola EMCA. No estado de Roraima anualmente as escolas estaduais e municipais recebem crianças e jovens indígenas, porém necessitam de professores qualificados para trabalharem com essa realidade. Atualmente a educação na escola urbana ignora o processo de ensino e aprendizagem vivenciado pelos indígenas em escolas urbanas, localizadas fora de suas comunidades.

CAPÍTULO 1: DEFININDO A PESQUISA: LÓCUS E ASPECTOS TEÓRICOS

Para a realização deste trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e leitura de diferentes autores, baseadas em diferentes áreas de conhecimentos, como: Antropologia, Educação, História e Geografia. Em paralelo foram feitas visitas a escola e a Secretaria de Municipal de Educação para possibilitar a realização da pesquisa.

A cultura, interculturalidade, e identidade serão os conceitos principais que irão fundamentar a dissertação. Diante do processo de distanciamento da cultura tradicional indígena, a Escola urbana poderá funcionar como uma possível fomentadora da manutenção das culturas indígenas para além dos muros da escola e da comunidade, as relações interculturais e a relevância da valorização da cultura indígena no espaço escolar como fator que irá colaborar para a construção da identidade das crianças indígenas que residem na sede de Normandia.

1.1 Aspecto Histórico e Geográfico do Município de Normandia /Roraima

Figura 1 - Bandeira do Município de Normandia.



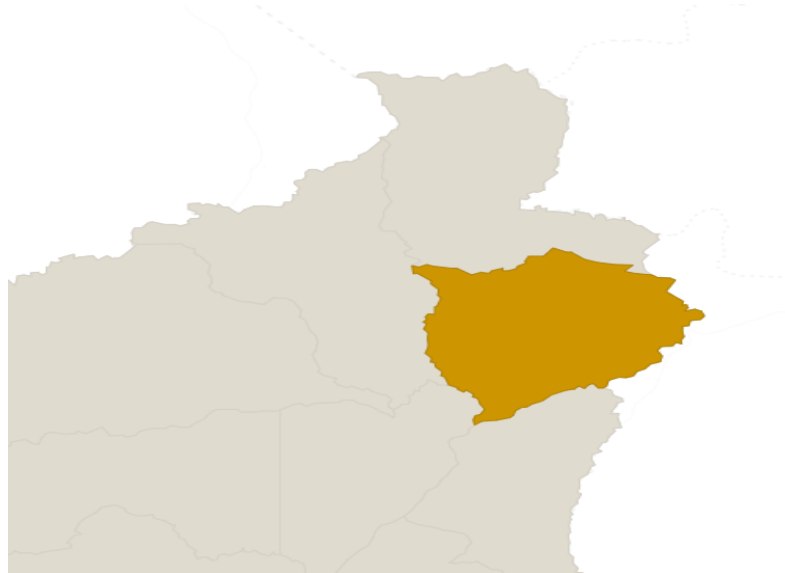
Fonte: Normandia, 2018²

Ao nordeste do Estado de Roraima está localizado o Município de Normandia, que possui uma área territorial de 6.967 km² e uma população de 11.045 habitantes (Censo IBGE, 2018). Ao Norte limita-se com o município de

² Disponível em: http://www.socioambiental.org/nsa/mapas/img/map_raposa_15042005.gif/mapa. Acesso em: 17/03/2019.

Uiramutã e República Cooperativista Guiana, ao sul com o município de Bonfim, a leste com a República Cooperativista da Guiana e a oeste com Boa Vista e Pacaraima.

Mapa 1: Município de Normandia-RR



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. 2019

Nesta região encontra-se parte da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TI RSS, abrangendo uma área total de 6.913 km², o que corresponde ao total de terras do município em 98,65%, e a população indígena é de 4.422 habitantes (49 aldeias), equivalente a 73,0 % da população total do Município, segundo a FUNASA (RORAIMA, 2010, p.7).

O nome do município é uma homenagem à região da Normandia (na França), terra do fugitivo Papillon. Este homem foi condenado a cumprir pena na prisão de segurança máxima na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Contudo, ele conseguiu fugir. E estabeleceu-se em Normandia para viver, a história do prisioneiro é conhecida mundialmente.

Normandia foi palco dos conflitos entre indígenas e não indígenas, os indígenas por fim conseguiram na justiça a posse da terra.

Mapa 2 – Raposa Serra do Sol

Fonte: Geoprocessamento/ISA, 2005³.

O Município de Normandia foi criado pela Lei Federal Nº 7.009, de julho de 1982, com terras desmembradas do município da Capital do Estado. Normandia liga-se à Boa Vista pela BR-401, a uma distância de 185 km. A única localidade não-índigena do município é sua própria sede.

Foto 1 e 2: Município de Normandia

Fonte: Joeldson Habert, Normandia-RR, 2017.

³ Disponível em:

[tp://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299187050_ARQUIVO_ARTIGOAMPH2011](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299187050_ARQUIVO_ARTIGOAMPH2011). Acessado em: 07/10/2019.

Com a demarcação TI Raposa Serra do Sol mais famílias indígenas deslocaram-se para a sede do Município de Normandia, o processo de deslocamento desses povos sem uma política pública de adaptação poderá contribuir para a extinção da língua indígena Makuxi.

Com o objetivo ainda de preservar a língua Makuxi, os indígenas conseguiram a implantação da educação escolar indígena nas TI's depois de muita luta que é hoje uma das conquistas dos povos indígenas e um meio estratégico para a aprendizagem da língua nativa e construção da identidade étnica do povo indígena Makuxi. Em Roraima uma das línguas indígenas que predominam é a Makuxi e Wapixana. Os indígenas vivem nas áreas do lavrado e serras do nordeste do estado.

Para discussão dessa problemática foram elencadas questões que irão nortear a pesquisa aqui proposta, como: Quais as dificuldades e desafios enfrentados pelos docentes das escolas da sede do Município de Normandia na sua prática pedagógica frente à adaptação curricular para atender aos estudantes indígenas? Como são as relações interculturais de indígenas e não indígenas? Quais os fatores com a que podem influenciar a não utilização da língua materna na sede de Normandia? Como é desenvolvido o currículo escolar para atendimento às crianças indígenas na escola Municipal Castro Alves da sede de Normandia, respeitando e utilizando as línguas Makuxi e portuguesa?

No Brasil, o ensino de língua materna tem como norte os Parâmetros Curriculares Nacionais, nos quais há um volume dedicado ao ensino das habilidades de linguagens, incluindo a leitura e a escrita, como parâmetro mínimo para cada um dos níveis de educação no país, o que nos leva a entender que as línguas materna ocupa espaço de relevo nessa fase. (FERRAREZI, 2008, p. 18).

Assim a fronteira geográfica estabelecida pela homologação da TI RSS não delimitou as fronteiras socioculturais e socioeconômicas do município, pois se pode observar que há uma interação entre os indígenas e os não indígenas, tanto em relação a aspectos culturais quanto econômicos e sociais.

O Município de Normandia é formado por várias comunidades indígenas que ficam em seu entorno, dentre elas podemos citar: Raposa, Xumina, Napoleão, Guariba, Lameiro, Santa Cruz, Linha Seca, Araça da Serra, Brilho do Sol, Coqueirinho, Jibóia, Reforma, Teso do Gavião, Serrinha e etc.

Em Normandia encontra-se a Comunidade da Raposa, uma das mais conhecidas de Roraima por ter sido palco da disputa por terras entre fazendeiros e indígenas, tornando-se um ponto de resistência e referência para os indígenas da TI RSS.

Com a homologação da TI em 2009 inicia-se o processo de retirada dos fazendeiros, muitos não índios permaneceram e ainda permanecem na terra indígena.

A demarcação de certa forma aproximou os indígenas e não indígenas, a partir desse evento e devido Normandia sede ter um hospital para atender a todo o Município, casa lotérica, bancos correios, comercio, não tem como não existir interação.

Além disso, com frequência acontecem os festejos nas comunidades indígenas com o envolvimento dos moradores da sede municipal, como: Festa do Caxiri e festejos do Xumina. A festa do Caxiri, que ocorre na comunidade indígena Raposa, tem três dias de festas com: corrida de cavalos, futebol, forró, escolha da rainha do Caxiri, comidas típicas. Nos festejos do Xumina acontecem, futebol, corridas de cavalos, forró, comidas típicas e exposição de artesanatos.

No mês de abril ocorre em Normandia a festa da melancia, que reúne os produtores de melancia da região, nesse evento é exposta a maior melancia, a melancia mais doce, o concurso do maior comedor de melancia, os produtores expõem suas produções, e a festa ainda conta com a escolha da rainha da melancia.

Foto 3 e 4: Festa da melancia



Fonte: Joeldson Habert Normandia-RR, 2017.

No mês de outubro ocorrem os festejos da padroeira de Normandia, são 09 (nove) dias de festejos, que começa com a procissão da padroeira Nossa Senhora de Nazaré e subida ao morro do Cruzeiro, a procissão termina quando a padroeira é colocada na capela no topo do morro do cruzeiro, tem ainda corridas de cavalos, speedway, escolha da rainha do festejo, leilões, bingos, forró e futebol de campo.

Foto 5 e 6: Festejos da padroeira de Normandia.



Fonte: Joeldson Habert, Normandia-RR 2017.

1.2 Divisão Administrativa

A **prefeitura** de Normandia tem como atual prefeito Vicente Adolfo Brasil, e tem uma estrutura de nove secretarias municipais, e uma Câmara Municipal que possui nove vereadores que compõe o poder executivo.

Na área da **saúde** Normandia dispõe de um hospital de unidade mista (Ruth Quitéria) de responsabilidade do Estado, com vinte e dois leitos, maternidade, laboratório, Dentista. Um Posto de Saúde na Sede do Município (Centro de Saúde Iracema Galvão) e vários postos de saúde nas Comunidades Indígenas, de responsabilidade da prefeitura municipal de Normandia, mas é para o Hospital (Ruth Quitéria) que vem os pacientes das comunidades.

Normandia possui na área de **segurança** um Pelotão Especial de Fronteiras subordinado à Brigada de Infantaria de Selva (situada em Boa Vista) que protege o município e controla o único aeroporto do lugar, ainda possui 01 (um) quartel da Polícia Militar que faz o patrulhamento ostensivo na cidade e 01 (um) quartel da polícia civil.

A **energia elétrica** é termoelétrica e constantemente tem racionamento de energia, devido à falta de combustível para os motores. A energia elétrica é responsabilidade da CER (Companhia Elétrica de Roraima). A água que abastece as casas é fornecida pela Companhia de Águas e Esgoto de Roraima (CAER). Segundo os moradores, tem tempo que a água chega salgada nas torneiras, tornando inviável o consumo.

Na área da **educação** na sede do Município de Normandia têm 01 (uma) creche (Vovó Augusta) que atende crianças em idade pré escolar, 01 (uma) escola de educação infantil (Cândida Menezes) que atende estudantes de 1º período e 2º períodos com idades de 04 a 05 anos, e 01 (uma) escola que atende os anos iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, todas da rede municipal de ensino. Ainda possui uma escola que atende estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino (Escola Estadual Mariano Vieira).

Quanto à faculdade, os estudantes têm as opções de FAEL e FATESP, Claretiano. A Universidade Estadual formou várias turmas nos cursos de pedagogia e agronomia, mas atualmente a Universidade Estadual de Roraima não atende mais Normandia, a UNIVIRR também deixou de atender no Município.

O Município de Normandia possui quarenta e seis escolas de Ensino Fundamental.

Na área de **comunicação** o Município conta com um canal de TV aberta, TV Roraima; Rede telefônica Embratel, Oi, TIM e Claro.

Normandia conta ainda com 01 (uma) agência do correio, agência bancária (Bradesco e uma lotérica) que atende a sede do Município e as Comunidades indígenas.

1.3 Economia

Normandia sede é a única área não indígena e tem como principais fontes de renda o turismo (lago do Caracaranã) a criação de gado, agricultura (plantação de melancia, arroz e mandioca) e fabricação de tijolos. Como os demais Municípios de Roraima Normandia depende dos recursos repassados pela União e pelo Estado.

No Município de Normandia o lago do Cararanã é um dos pontos turísticos mais visitado durante o ano, cercado por cajueiros, e tem as mais belas praias, com cajueiros nativos. O espaço conta com chalés, restaurante e área de camping. Com

praias de areias finas é um dos principais pontos turísticos do Estado, o lago está dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O lago ficou fechado por bastante tempo, porém foi aberto novamente para a população.

Foto 7: Lago Caracaranã



Fonte: Joeldson Habert, Normandia-RR 2018.

A criação de gado é uma das principais fontes de renda, com a retirada dos pecuaristas das terras indígenas, alguns foram para local próximo da sede de Normandia-RR e outros procuraram outros municípios.

Fotos 8 e 9: Criação de gado



Fonte: Valmir Oliveira, Normandia-RR 2017.

Na agricultura de Normandia se destaca a produção de melancia, arroz e bananas, sendo a melancia o principal produto. A produção de melancia é vendida no Município de Normandia e em Boa Vista.

Fotos 10 e 11: Plantação de melancia



Fonte: Valmir Oliveira, Normandia-RR 2017.

Normandia tem ainda como fonte de renda a fabricação de tijolos que é vendido no próprio município tanto para a sede quanto nas comunidades indígenas.

Fotos12 e 13: Fabricação de tijolos



Fonte: Valmir Oliveira, Normandia-RR 2017.

Normandia comprava tijolos em Boa Vista, com a construção da olaria ficou mais fácil para os moradores construir, sem precisar pagar mais caro pelo produto.

1.4 Deslocamentos indígenas da Raposa Serra do Sol para a sede do Município de Normandia.

O processo de deslocamento indígena da Raposa Serra do Sol para a sede do Município de Normandia pode ser aqui considerado como um jogo de forças econômicas, culturais e políticas. Para aprofundar os conhecimentos acerca da problemática estudada, faz-se necessário estudar os conceitos de deslocamentos.

De acordo Nascimento (2011) na investigação acerca das pessoas deslocadas internamente o elemento propagador do deslocamento populacional segundo o autor se dá por diversos motivos, na maioria das vezes por desastres ambientais, interesses políticos, por razões econômicas, as quais afirma o autor que não são consideradas; para proteção dos deslocados que tenham sofrido violações dos direitos humanos, como no caso das deslocações arbitrárias em consequência de projetos de desenvolvimento em grande escala.

Nesse sentido, concordando com Nascimento quando ocorre o deslocamento das pessoas para um determinado lugar, ocorreu por algum motivo pode ser econômico, religioso, político, naturais. As áreas que mais atraem esses deslocamentos são aquelas que oferecem melhores condições de empregos, moradia, alimentação etc. Ou seja, melhores condições de vida.

Trazendo para a realidade do deslocamento das comunidades indígenas da TI Raposa Serra do Sol para a sede de Normandia, observa-se muitos dizeres da sociedade, porém ainda não se tem um estudo científico que busque discutir as razões motivadoras para este deslocamento, quais as reais causas para essa escolha dos indivíduos que deixam seu local de origem para morar em outro lugar que difere em diversos aspectos daquele que estava habituado.

Normandia sede sempre teve indígenas, porém depois da demarcação da TI RSS, esse número aumentou visivelmente na cidade. Nos dias atuais Normandia sede tem na sua maioria indígenas, que com seus esforços ocuparam seu espaço no mercado de trabalho como: Hospital, Posto de Saúde, na Educação, Prefeitura, Câmara municipal entre outros.

Para ter uma melhor compreensão dos processos de deslocamentos, precisa-se entender o que é o território, que fundamentado em Cabral (2007), os territórios são espaços construídos e desconstruídos por meio das relações sociais, sujeitos a transformações históricas produzidas por diferentes grupos humanos. Já a

territorialidade pode ser entendida como uma categoria em que se concentram os espaços com significações individual e social, ou seja, é a projeção da identidade. Embora essas comunidades etnicamente mistas tratem-se de espaços permeados de identidades e territorialidade distintas, tem-se de Burke (2010, p. 14) que “não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, e sim, pelo contrário, um continuum cultural”.

Nesse sentido em Normandia sede antes da demarcação da TI RSS, os indígenas eram contratados para trabalhar nas lavouras de arroz, limpeza de terrenos, fazendas de gados, domésticas, as indígenas contratadas como empregadas domésticas geralmente dormiam no trabalho, e não tinham direito a férias, décimo terceiro, eram contratadas sempre com um pagamento inferior, muitas vezes o pagamento era feito com roupas usadas ou cesta básica.

Desse modo por muito tempo houve a exploração da mão de obra indígena naquela região pelos não indígenas por ser mais barata.

Com a demarcação da TI RSS, de certa forma possibilitou aos indígenas maior interação social, igualdade e oportunidade de crescimento profissional, apesar de ter ainda muita desigualdade, e exploração de mão de obra indígena.

Para tanto, a Educação escolar seja ela na escola indígena ou urbana, hoje é uma das mais fortes ferramentas de manutenção e preservação da cultura indígena, pois vem assegurado pela constituição o direito a língua portuguesa e a língua materna, conhecer a língua majoritária do País, faz com que as comunidades indígenas entendam como funcionam o vasto mercado de consumo, produção e negociação.

1.5 Secretaria Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação está localizada na rua João Mariscado N° 31- Centro CNPJ:04.056.222/0001-87, Normandia-RR CEP 69355-000.

A Secretaria atende as escolas da sede, rurais e das comunidades indígenas ao todo são atendidas 46 escolas, 3 escolas na sede e 43 distribuídas nas regiões do Baixo Cotingo e Raposa.

A Secretaria Municipal de educação fornece a formação continuada, magistério indígena. A secretaria também tem parceria com a Faculdade Claretiano

onde foi fornecido 30 bolsas pedagógicas ofertada através de um processo seletivo, os acadêmicos estudam no polo da Claretiano na sede de Normandia.

Os Cursos de Língua materna são realizados com o apoio do Insikiran da Universidade Federal de Roraima e ofertados nas comunidades indígenas.

Os Cursos de licenciatura letras/inglês, ciências da natureza, matemática e física foi ofertado pelo PAFOR, por uma necessidade o Município que atendia também o Ensino Fundamental II. Atualmente o Município passou a atender somente a creche, educação infantil e ensino fundamental I.

A Secretaria trabalha também com a Secretaria de Educação Itinerante nas regiões de baixo Cotingo e Raposa, tem como objetivo levar atendimento e orientação as escolas sobre o jurídico, nutricionista, recursos humanos, departamento de ensino.

Fotos 14 e 15: Secretaria de Educação Itinerante



Fonte: Secretaria Municipal de Educação em Normandia – RR. 2018

A merenda escolar é distribuída nas escolas, grande parte da merenda é fornecida pela parceria com a agricultura familiar, que fornece, melancia, banana, laranja, maracujá, macaxeira, batata, hortaliças entre outras. O cardápio da merenda é elaborado pela nutricionista, que visita as escolas do Município tanto na sede quanto nas comunidades indígenas, a visita tem o objetivo de verificar como está sendo elaborado a merenda escolar e teor nutritivo, a nutricionista ainda verifica com as crianças se estão gostando da merenda e o que precisa melhorar.

Foto 16 e 17: Merenda escolar

Fonte: Secretaria Municipal de Educação em Normandia – RR/2018

1.6 Perfil da Escola Castro Alves

A Escola Castro Alves foi criada na sede do Município de Normandia-RR em 14 de fevereiro de 1950, pelo decreto do governador do Ex -Território Federal de Roraima, Miguel Ximenes de Melo, Escola Estadual Castro Alves.

A Escola Casto Alves foi a primeira escola implantada no município de Normandia, atendia estudantes da educação infantil, ensino fundamental I e II, muitos estudantes saíram de Normandia para estudar o ensino médio nas escolas de Boa vista-RR. E foi a partir de 1990 a escola passou a ofertar o ensino médio.

Em 1999 a Escola Castro Alves foi transferida para a Escola Estadual Mariano Vieira, criada sob Decreto nº 3.531-E de 19 de julho de 1999, ao estilo Padrão; localizada na Rua Beatriz Macedo, s/nº, centro de Normandia/RR

Após 06 anos parada a Escola Castro Alves foi novamente ativada, e em 03 de janeiro de 2005 a Escola Castro Alves passou por um processo de municipalização na gestão do prefeito Orlando de Oliveira Justino, que por força do Decreto nº 014-A GAB/05, Municipalizou a Escola Estadual Castro Alves, passando à ser chamada de Escola Municipal de Ensino Fundamental I Castro Alves.

Atualmente a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Castro Alves, está situada na rua Mauricio Habert, S/N, Centro no Município de Normandia-RR, ofertando o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Foto 18: Escola Castro Alves

Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos - Normandia/RR - 2018

A escola conta hoje com um corpo docente de 28 professores em sala de aulas e mais 20 profissionais de apoio (secretários, merendeiras, zeladoras, vigias, assistentes de estudantes, auxiliar educacional, gestão, coordenadores pedagógicos, etc.), totalizando 48 funcionários. A Escola Castro Alves atende à demanda de 580 estudantes, sendo que no turno matutino a escola atende estudantes do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental totalizando 252 estudantes. No turno vespertino a escola atende estudantes do 4º e 5º ano, com 240 estudantes. A escola oferta ainda a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA do 1º ao 5º ano com 16 estudantes matriculados que estudam no período da noite.

A formação dos docentes, também chamadas de atualização e aperfeiçoamento, não tem fim, sendo um processo contínuo na vida do Educador, incentivando a apropriação dos saberes rumo à autonomia, levando-o a uma prática crítico – reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência do docente.

O processo formativo deverá propor situações que possibilitem a troca de saberes entre os professores através de projetos articulados de reflexão conjunta.

A Escola Municipal Castro Alves desenvolve suas funções em um prédio com sede própria, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Normandia.

A divisão interna da escola é em pavilhões, os quais estão assim divididos:

No primeiro pavilhão estão concentradas salas de aulas, laboratório de informática e sala de leitura.

Foto 19 - Sala de Aula



Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos - Normandia/RR - 2018

No segundo pavilhão estão as dependências administrativas e pedagógicas como: Sala da Gestão que é destinada ao uso do(a) gestor(a) responsável por todas as atividades desenvolvidas no estabelecimento de ensino, com predominância daquelas de caráter pedagógico que é dividida com o Administrador(a) Educacional que substitui o(a) gestor(a) na sua ausência responsabilizando-se por todas as atividades desenvolvidas no estabelecimento de ensino; Sala do Assistente de Aluno destinada ao uso de Assistentes dos Discentes, responsáveis pelo controle da movimentação dos estudantes no recinto da escola e em suas imediações; e a Copa/Cozinha que é destinada a preparar a alimentação dos discentes, a alimentação dos estudantes é preparada de acordo com o cardápio elaborado por uma nutricionista, que fiscaliza os alimentos.

Foto 20: Sala da Gestão

Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos- Normandia/RR - 2018

A Secretaria destinada ao uso do(a) Secretário(a) e dos Assistentes administrativos, responsáveis em assistir a Gestão em serviços técnico administrativos realiza todas as funções destinadas a manter os registros, os arquivos de documentação dos estudantes e dos funcionários, além de comunicados e expedições para apoiar o desenvolvimento do processo escolar.

Foto 21 - Secretaria da Escola

Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos - Normandia/RR - 2018

No terceiro pavilhão estão as salas de aulas destinada aos desenvolvimentos das aulas; Sala dos Docentes que são destinadas ao uso dos Docentes,

responsáveis pelo desenvolvimento dos Estudantes obtenção de dados de interesse para o processo educativo; Coordenação Pedagógica: destinada ao uso dos Coordenadores pedagógicos e da Educação Profissional responsáveis pelo: acompanhamento, orientação e avaliação das atividades docentes e do processo de ensino e aprendizagem.

Foto 22 - Sala dos Professores



Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos - Normandia/RR – 2018

No quarto pavilhão estão as salas de aulas e o refeitório climatizado para o atendimento a alimentação dos estudantes.

A escola dispõe de vários espaços para circulações internas, entre eles o pátio, onde são desenvolvidas atividades de lazer e alimentação, sendo rodeado por jardins.

Foto 23 - Pátio da Escola



Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos- Normandia/RR. 2018

Os banheiros são suficientes ao atendimento da comunidade escolar. Para constatar basta salientar que são 03 banheiros masculinos e 03 femininos, para atender faixa de 290 estudantes por turno, dois banheiros possuem o alargamento das portas e alças de ferro em um dos banheiros masculino e feminino para atender os cadeirantes.

Foto 24 - Banheiros



Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos - Normandia/RR - 2018

O depósito destina-se a guardar material pedagógico e de expediente da escola.

O prédio escolar encontra-se bem conservado, devido ao trabalho da equipe escolar. A escola passou recentemente por uma reforma, as carteiras são do tipo convencional, estão bem conservadas, em número suficiente para atender aos discentes.

O pátio está sempre limpo e preparado, local onde são realizadas as reuniões com a comunidade e a alimentação dos discentes. A limpeza é um dos aspectos que o enobrece.

A estrutura organizacional da Escola Municipal de Ensino Fundamental I Castro Alves compreende as atividades teóricas e práticas desenvolvidas pelos profissionais para a realização do processo educativo. São democráticas e fundamentam-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas.

São participantes da estrutura e organização do trabalho escolar:

- I – A Gestão Escolar;
- II – O Corpo Docente;
- III – O Corpo Discente;
- IV – O Apoio Técnico Pedagógico;
- V – O Apoio Técnico-administrativo;
- VI – Os Órgãos colegiados de Representação da comunidade Escolar.

São elementos que compõem a Gestão escolar:

- I – O Conselho Escolar;
- II – A Gestão da Escola, nomeada pelo órgão competente;
- III – A Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional;
- IV – A Secretaria da Escola.

As atribuições inerentes aos integrantes da Gestão Escolar estão delineadas no regimento interno da escola. O Conselho Escolar, artigo: 13 e seus respectivos parágrafos, incisos e alíneas. A Gestão da Escolar, artigos: 19, 20, 21 e 22. Coordenação Pedagógica, artigos 32 e 33. Orientação Educacional, artigos 40,41 e 42. Secretaria, artigos: 45,46 e 47.

O calendário é o instrumento que irá nortear o trabalho escolar obedecendo ao que estabelece a LDB nº 9.394/96, cumprindo a carga horária de oitocentas horas, distribuídos por um mínimo de duzentos dias letivos de trabalho escolar.

O calendário da escola segue as determinações da Secretaria Municipal de Educação, onde os dias letivos deverão ser trabalhados com respeito e responsabilidade, garantindo aos destinatários igualdade das condições para acesso e permanência na escola.

1.6.1 Aspectos Curriculares

A Escola é um lugar onde o encontro e troca dos saberes são inevitáveis, onde conhecimentos são produzidos, transformados e aplicados, no fazer pedagógico daquela instituição. É o ambiente no qual se procura autonomia, se preservam e se desenvolvem os princípios para o ser humano e para a sociedade.

Nesta Instituição de Ensino a organização do planejamento acontece de forma coletiva e bimestralmente e de acordo com o resultado do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). No início do ano letivo, reúnem-se o corpo docente da Escola juntamente com a Coordenação Pedagógica, para a elaboração

do plano anual e posteriormente reuniões pedagógicas bimestrais, nestes momentos são compartilhadas informações, experiências, as atividades e os conteúdos estão em consonância com o planejamento anual.

O Índice de desenvolvimento da Escola Castro Alves em 2015 ficou bem abaixo da projeção esperada como mostra a tabela.

Tabela 1 - Índice do IDEB da escola Castro Alves

Ano	Ideb	Projeção Ideb	Município Ideb
2005	2.9	-	3.3
2007	3.1	2.9	3.7
2009	3.9	3.2	3.4
2011	3.8	3.7	3.1
2013	3.5	3.9	3.3
2015	3.7	4.2	3.5
2017	-	4.5	4.8
2019	-	4.8	5.0
2021	-	5.1	5.3

Fonte: IDB Escola Castro Alves.⁴

Para tanto, os momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas docentes levando e compartilhando experiências as realidades de outras salas, para melhor agir, é feita também de acordo com o resultado do IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica). É um processo no qual deve se levar em conta a realidade concreta no intuito de transformar a realidade, buscando a melhoria.

Desta forma, toda e qualquer atividade pedagógica deve ter um planejamento, ou seja, deve ser bem pensada e preparada antes de colocar em prática. Sendo assim, o planejamento exige uma reflexão sobre a realidade e sobre a ação a ser desenvolvida. Além de ser um instrumento contra a improvisação é o momento de juntar o fazer ao pensar e ao estar para melhor realizar todo e qualquer trabalho. Trata-se de fatos que caracterizam a existência da cultura, especificidade da vida humana (PCNs, Temas Transversais/MEC. 2001).

O Planejamento é integrado e apresentado de acordo com a Tendência Progressiva “Crítica Social dos Conteúdos” ou “histórico- crítica”, onde os estudantes

⁴ Disponível em: <https://www.escol.as/12518-escola-municipal-castro-alves>. Acessado em 03/02/19.

têm o papel de participador, e o professor de mediador entre o saber levando os estudantes a se reconhecerem nos conteúdos e modelos sociais, e o conhecimento novo se apoia numa estrutura cognitiva já existente.

Ao final do ano fazem a análise do desempenho e nele pautam as ações necessárias, tendo sempre em vista o processo de alfabetização do aluno e o desenvolvimento de habilidades básicas para o alcance dos objetivos do período.

1.6.2 Avaliação

A instituição adota a concepção de que o processo de avaliação deve visar ao entendimento de diferentes perfis, comum a cada aluno. Desta forma procuram estabelecer instrumentos que permitam ao professor descobrir as capacidades e habilidades desenvolvidas por cada aluno.

Com isso, a escola define que a avaliação deve ser essencialmente formativa, contínua e processual, vista como um instrumento dinâmico de acompanhamento pedagógico do aluno e do trabalho do professor. Deste modo não convém avaliar o aluno por uma simples prova escrita, limitando seus meios e estratégias de demonstrar seu conhecimento.

A verificação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, a escola desenvolverá através de avaliação processual, contínua onde prevalecerão os aspectos qualitativos sobre os fatores quantitativos no desempenho dos estudantes. O processo de avaliação da aprendizagem será organizado com estratégias, instrumentos e critérios diversificados, organizados e definidos por cada professor, observado os objetivos propostos de cada componente curricular. Em que a avaliação escrita será de 50 pontos, a avaliação coletiva, como por exemplo: trabalhos será de 30 pontos e 20 pontos a serem distribuídas em relações interpessoais em relações interpessoais, pontualidade, assiduidade e participação.

Desta forma, a avaliação concebida estará em conformidade com as normas legais da Lei n.º 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e resolução CME/RR, que define a verificação do rendimento escolar, processo de avaliação e recuperação.

No que tange a permanência do aluno, este terá que ter frequência mínima em setenta e cinco por cento (75%) do total de horas letivas estabelecidas para o ano e/o semestre letivo para aprovação.

CAPITULO 2: CULTURA, INTERCULTURALIDADE E IDENTIDADE

2.1 Cultura

O conceito de cultura tem vários significados diferentes, assim para conceituar cultura, relacionamos autores e dicionários para a partir daí termos clareza do significado dessa palavra.

O dicionário UNESP do Português Contemporâneo (2011, p. 367), por exemplo, diz que: “Cultura é estado ou estágio do desenvolvimento de um povo ou de um período, caracterizados pelo conjunto das obras, instalações e objetos criados pelo homem desse povo ou período, civilização”. Essa é uma conceituação generalista sobre cultura e abarca o conhecimento popular sobre o que é cultura.

Eagleton (2000, p. 12) faz uma abordagem sobre o significado da palavra cultura e diz que:

A raiz latina da palavra «cultura» é *colere*, que pode significar tudo, desde cultivar e habitar até prestar culto e proteger. O seu significado como «habitar» evoluiu desde o latim *colonus* até ao «colonialismo» contemporâneo, pelo que títulos como *Cultura e Colonialismo* são, uma vez mais, levemente tautológicos.

O autor citado fala da evolução que teve a palavra cultura e que os seus significados de certa forma se tornam repetitivos, ou seja, a palavra cultura para esse autor significa tudo, e vai mais além, segundo Eagleton (2000) cultura significa a procura ativa de crescimento natural, assim a palavra sugere, então, uma dialética entre o artificial e o natural, para tanto cultura é uma troca daquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz.

Para Da Matta (1986, p. 123) é através da cultura que se estabelece uma organização de comportamentos de um povo é ela que regulamenta as regras, e produz as diferenças do modo de viver de um povo para outro, mas que a cultura também é usada para distinguir e discriminar as pessoas que não tiveram acesso ao conhecimento formal, que são considerados os sem culturas. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, receituário e um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

Para Lévi-Strauss (2000, p. 60) é na própria medida em que pretendemos estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes, que nos identificamos mais completamente com aqueles que tentamos negar. Para tanto as culturas são iguais, dessa forma muitas vezes recusamos a humanidade para aqueles que surgem como os mais “selvagens” ou “bárbaros” dos seus representantes, mais não fazemos mais que copiar as suas atitudes típicas. O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie.

Dessa forma, cultura é uma palavra antiga, mas com significado extremamente rico, uma vez que contribuem para a compreensão e transformação do meio social, e é com essa concepção de cultura que Canclini (1983, p. 19) faz uma definição de cultura:

Todas as atividades humanas, materiais e ideais inclusive aquelas práticas ou crenças anteriormente qualificadas como manifestações da ignorância (superstições e sacrifícios humanos), as normas sociais e as técnicas simples daqueles que vivem nus na selva, sujeitos aos ritmos e aos perigos da natureza. Todas as culturas, por mais rudimentares que sejam, são dotadas de estrutura, possuem no seu interior coerência e sentido.

Dessa forma segundo o autor são consideradas culturas todas as atividades humanas, materiais, ideais e tudo o que os povos produzem e como produzem meios para viver.

Sobre isso Laraia (2001, P. 36) diz que a cultura é um produto de uma herança cultural ou modo de como vemos o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e até mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

De acordo com Leite (2014, p. 14) a cultura é uma herança de longo processo, vivenciado por inúmeras gerações.

Cultura é tudo aquilo que inclui o conhecimento sobre crenças, arte, moral, costumes e todos os outros hábitos adquiridos na vivência social pelo homem. Recebido com uma herança dentro de um grupo, a cultura o identifica, o constitui como resultado do meio cultural em que foi socializado, herança de um longo processo acumulativo vivenciado por inúmeras gerações. Mas como processo de vivência, o homem se constitui enquanto produto e produtor de seu meio, se constituindo crítica da recebido e aprendido, o que lhes permite inovações, simbologias outras que torna possível sua perpetuação e existência do meio social.

Nesse sentido, cultura é a identidade de um povo uma vez que cada grupo é identificado por sua cultura, por suas vivências por seu modo de vida.

Assim, Muitos grupos podem sofrer violências por causa de sua cultura, por causa do seu modo de viver a exemplo temos a relação de indígenas e brancos, fazendo com que se faça necessário entender como se dá esse processo de interação social em sala de aula, tendo em vista que é na escola que se encontram os mais variados tipos de culturas, fazendo com que seja necessário um trabalho de sensibilização com os estudantes.

Segundo Graúna (2003, p. 63) em relação a percepção do índio sobre a sua cultura e a vivência na cidade grande diz que:

“É possível dizer – dentro da percepção indígena que o índio não deixa de ser ele mesmo em contato com o outro (o não índio), ainda que o(a) indígena more numa cidade grande, use relógio e jeans, ou se comunique por um celular; ainda que uma parabólica pareça ao outro, um objeto estranho ou incompatível com a comunidade indígena [...] mesmo assim a indianidade permanece, porque o índio e/ ou a índia, onde quer que vá, leva dentro de si a aldeia [...]

Para a autora Graúna é oportuno destacar ainda que, nesta percepção o que ocorre com o indígena que mora em centros urbanos é a substituição da língua indígena pela língua portuguesa, devido a isso muitas línguas indígenas morreram e outras estão morrendo.

Nesse sentido, quando o homem tem noção de sua existência individual, este passa a compreender sua vivência no meio social. Com isso o homem começa a entender que os valores pertencentes seu grupo social, formam suas referências culturais.

De acordo com Andrade in Brito (2011, p. 10) diz que a cultura é:

[...] cultura é todo conhecimento que uma sociedade possui, sendo um processo dinâmico que se manifesta nas artes, na ciência, na política, na tecnologia, na religião, nas relações do cotidiano, e que se utiliza das idéias, palavras, teorias e práticas diversas para se expressar. Apropriando-se da linguagem, inventando códigos, signos e sinais, o homem cria o seu mundo, mostrando-se capaz de inventar uma ordem de existência que não é natural (física ou biológica).

Assim, podemos afirmar que cultura é tudo o que o homem constrói ou inventa para sobre viver, a cultura de certa forma dá sentido a existência do homem que se manifesta em todos os sentidos como: economicamente, socialmente, politicamente, religiosamente entre outros.

2.2 Interculturalidade

Como reflexão, escolhemos a interculturalidade por considerarmos que se trata do caminho que devemos percorrer neste trabalho, uma vez que este trata de relações culturais em sala de aula.

Desde o início da história do homem, que os fluxos migratórios e conflitos entre os diferentes grupos sociais vem marcando e delineando a sociedade. Criando sociedades multiculturais afetando as relações sociais. Assim percebendo a escola como a reunião de maior diversidade cultural e socialização dessa diversidade é que se faz necessário estudos e pesquisas sobre as diferentes relações interculturais.

Desta forma para discutir sobre interculturalidade é necessário entender a multiculturalidade que segundo Sarabiego (2002, p. 74) é:

a multiculturalidade é “una situación de hecho, la situación real de una sociedad con varios grupos culturales que mantienen la suficiente cohesión entre ellos de acuerdo con un cierto número de valores y normas”.

Nesse contexto a multiculturalidade trata das diferentes culturas, uma vez que na escola e em sala de aula é que se encontram os mais diversos tipos de culturas.

Assim, o conceito de interculturalidade de acordo com o dicionário UNESP do Português Contemporâneo (2011, p. 367) faz uma conceituação do que é a Interculturalidade e a define como relações entre culturas diferentes, e é por essa interação que o movimento se caracteriza.

Assim podemos perceber que multiculturalidade e interculturalidade não se separam, uma precisa da outra para existir. Podemos afirmar que o multiculturalismo também conhecido por multiculturalidade se contrapõe a interculturalidade. Sobre esse assunto Candau (2012) afirma que:

Para alguns autores, esses termos se contrapõem, o multiculturalismo sendo visto como a afirmação dos diferentes grupos culturais na sua diferença e o interculturalismo pondo o acento nas inter-relações entre os diversos grupos culturais. Há também aqueles que usam estas palavras praticamente como sinônimos (CANDAU, 2012, p. 242).

Nesse sentido, é possível perceber que o multiculturalismo e interculturalidade tem significados opostos no entanto, observamos que estão interligadas pelo contexto, ação, ambientes por um povo ou nação.

Assim, trataremos em seguida da interculturalidade como um processo de relação intercultural no contexto escolar.

2.2.1 A Interculturalidade e a Prática Docente no contexto escolar

A discussão sobre a interculturalidade e a prática docente no contexto escolar será o conceito central que irá fundamentar o desenvolvimento desse tópico.

No contexto atual a educação vem exigindo dos docentes uma nova maneira de desenvolvimento de suas práxis, está deve estar em consonância com as necessidades socioculturais, para que assim sua prática possibilite aos estudantes os conhecimentos necessários para um desempenho significativo na sociedade frente as diversidades culturais e transformações sociais.

Para tanto em se tratando de pluralidade cultural os PCNS (Parâmetros curriculares nacionais) (1997, p. 39) afirmam que:

No âmbito instrumental, o tema permite a explicitação dos direitos da criança e do adolescente referentes ao respeito e à valorização de suas origens culturais, sem qualquer discriminação. Exige do professor atitudes compatíveis com uma postura ética que valoriza a dignidade, a justiça, a igualdade e a liberdade. Exige, também, a compreensão de que o pleno exercício da cidadania envolve direitos e responsabilidades de cada um para consigo mesmo e para com os demais, assim como direitos e deveres coletivos. Traz, para os conteúdos relevantes no conhecimento do Brasil, aquilo que diz respeito à complexidade da sociedade brasileira: sua riqueza cultural e suas contradições sociais.

Nesse sentido, é necessário que o docente tenha conhecimento da realidade social onde os estudantes estão inseridos, para assim articular diferentes áreas do conhecimento, redefinindo métodos para que o estudante tenha uma formação capaz de provocar transformações sociais.

É preciso que as instituições de ensino disponibilizem ambientes para a formação continuada dos professores, com vistas a aprimorar cada vez mais a sua prática.

A escola, é um espaço de interculturalidade quando uma ou mais culturas entram em interação uma com a outra. O corpo docente da escola deve considerar a interculturalidade em seu trabalho pedagógico junto ao aluno indígena, para que possa haver reflexão sobre o que está sendo trabalhado em sala de aula, assim de acordo com Marcilino (2014, p. 03 - 04)

[...] a interculturalidade acontece quando garantimos que a escola seja um espaço de reflexão em que os povos indígenas possam, com as contradições presentes nas relações entre as diferentes sociedades, com a possibilidade de integrar os processos educativos de cada povo, ser administrada segundo os parâmetros específicos das leis que a regem.

Concordando com Marcilino podemos afirmar que mesmo que os estudantes indígenas estejam em escolas na zona urbana, é possível o docente desenvolver um trabalho de forma contextualizada seus costumes, suas crenças, suas línguas relacionando com a cultura do não indígena e vice-versa.

Entretanto, para Baniwa (2006, p.51) em se tratando de interculturalidade é possível afirmar que:

A interculturalidade é uma prática de vida que pressupõe a possibilidade de convivência e coexistência entre culturas e identidades. Sua base é o diálogo entre diferentes, que se faz presente por meio de diversas linguagens e expressões culturais, visando à superação de intolerância e da violência entre indivíduos e grupos sociais culturalmente distintos.

Em referência a isto, observa-se que na visão de Baniwa a interculturalidade tem como base o diálogo para que os grupos possam interagir socialmente de forma a enriquecer suas culturas, valorizando-as com igual grau de importância.

Assim, levando-se em consideração a diversidade cultural do Brasil e em especial de Roraima, faz se necessário aprofundar os estudos da interculturalidade.

Podemos afirmar que a interculturalidade é o encontro de duas ou mais culturas e seus relacionamentos e o multiculturalismo é a estratégia usada para conduzir essa relação cultural de modo que nenhuma se sobreponha a outra.

Nesse sentido, cultura é todo o conhecimento que o homem adquiriu para sobreviver, com isso podemos dizer que cultura e interculturalidade não se dissociam uma da outra, enquanto que uma é tudo que um povo produz e todo o conhecimento que esse povo tem, interculturalidade é a interação entre esses modos de viver.

Nessa perspectiva e com vistas a subsidiar esse trabalho é que não pode deixar de falar em educação indígena como um marco histórico de lutas e vitórias do povo indígena, que foram deixados à margem da marginalidade. Quando se fala de cultura indígena não podemos deixar de mencionar as lutas desses povos no campo educacional não tem como não falar de cultura indígena sem citar a Educação escolar indígena sem abordar e seu processo de legalização.

Dessa forma o próximo tópico trata da legalização e implantação da educação escolar indígena como uma educação diferenciada.

2.2.2 Educação Escolar Indígena e a Legislação Brasileira

A Educação Escolar Indígena no Brasil passou por várias transformações e mudanças. No Estado de Roraima essas mudanças puderam ser observadas a mais significativa considerando os elementos culturais no ensino da língua indígena tradicional da comunidade. Essas mudanças trouxeram desafios para os líderes indígenas garantir o ensino da língua da comunidade, buscar falantes de suas línguas, valorizar os traços de identidade tradicionais da comunidade indígena, tornar-se protagonista de sua escola são alguns dos desafios enfrentados nas escolas em comunidades indígenas.

Depois da constituição de 1988 determinar o espaço da educação indígena escolar no Brasil, sua implantação também foi determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Plano Nacional de Educação alicerçada em uma educação diferenciada.

Para tanto, essa educação diferenciada foi fundamentada em duas vertentes a primeira são os conhecimentos universais, que devem ser ofertados nas escolas e o segundo que são as práticas escolares voltados para os conhecimentos tradicionais, é embasada nessas duas premissas que devem ser fundamentadas as escolas indígenas.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos. 78 e 79 estabelece a responsabilidade da União, para o apoio ao desenvolvimento da educação escolar indígena.

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos indígenas, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas [...]

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. (BRASIL, 1996).

Com a promulgação em 9 de janeiro de 2001 do Plano Nacional de Educação (PNE), que expõe um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena, que está dividido em três importantes partes. A primeira parte apresenta uma breve análise de como tem sido a implantação da educação escolar para os povos indígenas. A segunda expõe as diretrizes para a Educação Escolar Indígena. E a terceira, traz os objetivos e metas que deverão ser atingidos pela Educação Escolar Indígena.

Desse modo, foi necessário um documento balizador para a implantação da Educação Escolar Indígena, portanto com a participação de educadores indígenas e não indígenas e técnicos, debatendo e discutindo ideais e práticas, já construídas pelos indígenas é que surgiu o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI).

Este documento surge dentro de um marco histórico, com um conteúdo de caráter geral e abrangente. Aponta questões comuns a todos os professores e escolas, esclarecendo e incentivando a pluralidade e a diversidade das múltiplas programações curriculares dos projetos históricos e étnicos específicos.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas é um documento norteador ao mesmo tempo formador, para tanto vem dividido em duas partes: a primeira foi pensada para os técnicos das secretarias (Para começo de conversa) traz todo o marco teórico que fundamenta a educação escolar indígena (fundamentos políticos, históricos, legais e antropológicos).

Com o estudo é possível observar que cada povo indígena tem seu sistema próprio de educação, porém os povos indígenas são interessados em conhecer o modo de vida do não índio.

A Educação Escolar Indígena é hoje uma das mais fortes ferramentas de manutenção e preservação da cultura indígena, pois vem assegurado pela constituição o direito a língua portuguesa e a língua materna, conhecer a língua majoritária do País, faz com que as comunidades indígenas entendam como funcionam o vasto mercado de consumo, produção e negociação.

De acordo com MAHER (2005, p. 97):

Sabemos que não há como pensar o lugar e a função de uma língua indígena no currículo escolar sem, necessariamente considerar a relação estabelecida entre essa língua e a língua portuguesa. E, vimos assim procedendo: nosso conhecimento sobre bilinguismo, enquanto fenômeno social tem servido de alicerce para nossas discussões e ações no campo da educação escolar indígena.

Nesse sentido, a interculturalidade, por sua vez, resulta em uma história de relações com outras culturas, ou seja, cada comunidade é repleta de valores culturais, que são transmitidos por várias gerações. Naturalmente, através da cultura se pode identificar como vive o povo de um determinado lugar.

O ensino de língua indígena na escola é equivalente à carga horária da língua portuguesa, ou seja, são ministradas 4 (quatro) horas aula semanais, respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seção III – Do Ensino Fundamental, em seu artigo 32, § 3º, que diz: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem LDB (1996, p. 23).

2.3 Identidade indígena, sentido e significado da língua Makuxi

Para aprofundar os conhecimentos acerca da problemática estudada, faz-se necessário estudar a identidade indígena e a língua makuxi, por ser a etnia de maior representatividade no espaço estudado.

A extinção da língua indígena é hoje uma das grandes preocupações de estudiosos e pesquisadores da cultura indígena, De acordo com Abdala (2014) o

Brasil corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas. Estima o diretor do Museu do Índio, José Carlos Levinho. Atualmente, os indígenas brasileiros falam entre 150 e 200 línguas e devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas.

Antes de tudo é necessário entender que diante das alterações e evoluções das várias culturas, tecnológicas, sociais, políticas e econômicas que a sociedade vem sofrendo, faz-se necessário que a educação e, conseqüentemente, os profissionais da educação, se adaptem, se adequem e também evoluam, buscando inovar.

Entende-se, pois, que a identidade é um processo de construção conforme as vivências do sujeito. Nesse processo de sentido da identidade, a participação da família indígena é de fundamental importância. Sob a ótica de Silva (2012 p. 96-97):

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Relacionando a abordagem de Silva com a realidade de extinção de línguas é correto afirmar que, a identidade de um povo é um processo de construção, aqui em questão, a linguística, e antes de qualquer ação é preciso que o indígena que hoje mora na sede de Normandia perceba a língua Makuxi como parte da sua identidade, para isso é preciso que os indígenas compreendam o sentido e significação da sua língua nativa para seu povo e para o patrimônio cultural linguístico do Brasil.

Existe ainda outro fator que os indígenas sofrem, que é o preconceito linguístico, que de certa forma é um preconceito social.

Para Silveira (2001) o patrimônio linguístico de um país é um dos seus maiores bens, além de seu maior legado às gerações futuras, pois com a transmissão dos idiomas transferem-se milhares de características, fatores e costumes especiais e únicos. Por conseqüência a morte de um idioma implica na perda imensurável a um país e inclusive à humanidade, pois se perde, além da

forma básica de comunicação, uma cultura com todas as suas expressões como folclore, história, musicalidade, religião etc.

Portanto, a manutenção de um idioma é um fator importantíssimo para a identidade de um povo, por se constituir em um de seus principais suportes culturais, além de ser uma expressão preservadora de sua dignidade e orgulho. Na visão de Hall (2006), a identidade na época da modernidade era única, com o passar do tempo ela tornou-se instável, assim o indivíduo assume várias identidades e em determinadas circunstâncias da vida.

Daí a necessidade de conhecer o riquíssimo patrimônio linguístico, sensibilizar sua importância e da necessidade de protegê-lo, inclusive com uma efetiva aplicação da legislação, se for preciso.

De acordo com Santos (2012, p. 30):

O uso do termo identidade ganhou força nas últimas décadas em função da globalização e do desenvolvimento das tecnologias que permitem a comunicação rápida, quase instantânea, entre indivíduos que estão em todas as partes do mundo. Assim, as identidades e os aspectos culturais tornaram-se cada vez mais híbridos e diversos.

Desse modo, e confirmando o que diz Santos a interação cultural caminha junto com as tecnologias, sendo assim as culturas são conhecidas rapidamente, ocasionando uma mistura cultural. Podemos afirmar que nenhuma cultura sobrepõe a outra, nenhuma cultura tem mais valor que a outra.

Para Maicas (1996, p. 19) essa relação de diversidade cultura sofre mutações uma vez que:

A identidade cultural sempre leva implícita em si a ideia de alteridade, e de relação com o outro, a par do sentido de pertencimento ao que consideramos que nos é próprio. Não podemos concebê-la como algo estático, senão como uma obra, um fenômeno mutante.

Assim a identificação pode ocorrer de acordo com a: etnia, língua, religião, território, classe social, entre outras. Desse modo, podemos afirmar que a identidade cultural pode mudar com o contato com outras culturas.

Dessa forma, a língua é um dispositivo de identificação cultural e, portanto, é cultura. Assim permite considerar que as vivências do discente no cotidiano escolar

produzem sentidos e significados resultados de experiências, que possibilitam mudanças de percepções e atitudes em diversas situações de interação em sala de aula.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Objeto de Análise

O objeto de estudo são a prática docente e sua relação com a diversidade cultural no contexto de interação de estudantes indígenas e não indígenas.

O método de pesquisa é um estudo de natureza etnográfica, esse método foi escolhido por se interessar pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão social.

Desse modo, a etnografia permite analisar a relação intercultural a partir da convivência, contato mais próximo com o grupo pesquisado.

“O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos.” (Magnani, 2002, p.17).

A etnografia analisa e mostra como se dá os processos de interação social explicando a história de um povo através de seus costumes, crenças, tradições. Para isso ela busca descrever de forma densa as tradições de uma sociedade que são transmitidas de geração em geração.

Para desenvolver uma pesquisa etnográfica é preciso que o pesquisador siga três ações principais, como:

- a) **observação ou trabalho de campo**, etapa na qual o pesquisador deverá conviver com a comunidade e recolher informações sobre a questão em análise;
- b) **comparação** do fato em estudo com teorias sobre o objeto da pesquisa e sobre a comunidade observada;
- c) **contextualização** geográfica, histórica, política, legal e social, tanto do fato pesquisado quanto da população em análise.

A etnografia busca descrever, compreender e interpretar os fenômenos educativos que têm lugar no contexto escolar. É evidente que sempre se vincula à teoria e à descrição através de uma visão holística, naturalista e indutivista, que caracteriza a abordagem em questão (ENGERS, 1994, p. 67).

Segundo Engers (1994) o investigador tem que ter presente seu grau de envolvimento na pesquisa, pois ele ocupa lugar de destaque para descrição e compreensão da relação e inter-relação do cotidiano escolar. A amplitude do envolvimento vai de acordo com as necessidades do trabalho e as opções feitas. O pesquisador para esse autor deve atuar como observador, entrevistador e analista entre teoria e empiria. Há autores que indicam um longo tempo de permanência em campo, para que o pesquisador possa descrever, concretamente, as relações que emergem desse cotidiano. Porém, parece que o importante é compreender esses fatos emergidos no e do grupo.

3.1.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi utilizada tendo em vista, a necessidade de interação com a população alvo da pesquisa que são os indígenas e não indígenas, parceiros na pesquisa.

Para tanto, serão realizados encontros com os docentes e diretores com o objetivo de promover discussões e reflexões acerca do trabalho docente desenvolvido nas escolas da sede do município para atender o aluno indígena.

Com os docentes, estudantes indígenas e não indígenas foram utilizadas entrevistas a partir de questões norteadoras, como: Quais os desafios e dificuldades enfrentados pelos estudantes indígenas durante sua adaptação a nova cultura? Como os estudantes indígenas se reconhecem da sede do município de Normandia a partir das mudanças e transformações vivenciadas por eles com a migração? Como fazem para manter sua cultura e utilização da língua? Como os estudantes não indígenas interagem com os estudantes indígenas? Os estudantes não índios conhecem a cultura dos estudantes indígenas?

A pesquisa foi realizada na sede do município de Normandia com a parceria da prefeitura. Optou-se por realizar a pesquisa em na sede de Normandia por ter sido a única área não indígena.

Para tanto, foi feito um levantamento junto a Escola Municipal Castro Alves que recebem os estudantes indígenas, que em sua maioria residem na sede do município, e que vivenciam simultaneamente os processos de adaptação ao ambiente escolar e a vida fora da comunidade indígena.

Em seguida trataremos dos Procedimentos de coleta de dados que serão aplicados aos participantes da pesquisa, para melhor compreensão do objeto de estudo.

3.1.2 Observação Participativa

Assim, os instrumentos de pesquisa que foram utilizados para um melhor resultado da pesquisa se deram por meio da observação participativa, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, análise de documentos.

A observação participante foi utilizada por colocar o pesquisador e pesquisados em constante interação, que é um dos grandes objetivos da pesquisa etnográfica, essa interação foi necessária para que o pesquisador pudesse analisar com maior liberdade o contexto escolar.

A observação participativa foi realizada nos espaços da Escola Municipal Castro Alves, com enfoque especial na sala de aula do 5º ano do Ensino Fundamental.

3.1.3 Entrevista Semiestruturada

Entrevista semiestruturada com os estudantes, professor, gestor e pais de estudantes da escola Castro Alves na sede do município de Normandia, teve como finalidade de conhecer como a escola trabalha com a diversidade cultural existente na escola.

A entrevista semiestruturada foi desenvolvida por não ter um roteiro definido, possibilitando ao pesquisador aprofundar a análise social.

Para Manzini (1990/1991, p. 154) neste sentido diz que:

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Assim, afirmando o que diz Manzini a pesquisa semiestruturada permite melhor análise ao objeto de estudo, dando maior qualidade ao estudo.

3.1.4 Diário de Campo

Todas as informações levantadas durante a pesquisa foram registradas em um caderno para a elaboração de um relatório.

A pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas. Na primeira etapa foram realizados estudos sobre os conceitos que fundamentarão a pesquisa bibliográfica e elaboração dos instrumentos para a coleta de dados junto aos pesquisados, que terão como base as questões que irão nortear o desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda etapa, foi feita a sensibilização dos gestores e professores com a apresentação do projeto de pesquisa, visando o conhecimento de todos a realização da pesquisa naquele espaço educacional. Logo em seguida, foram realizadas as entrevistas com a população alvo: gestor, estudantes, professor e pais.

Na terceira etapa a ANÁLISE DE DADOS. Para podermos compreender como os estudantes indígenas, não indígenas e professores se reconhecem como parte integrante desse processo de deslocamento e de construção de suas identidades individuais e o respeito às demais identidades culturais que compõem a sociedade.

CAPÍTULO 4: OS DADOS E ANÁLISES

4.1 Relato da pesquisa

Neste capítulo buscou-se demonstrar a pesquisa na escola do município de Normandia. Seguindo os pressupostos da pesquisa etnográfica, as informações foram coletadas com base: 1) na análise de questionários aplicados ao gestor, ao docente, e aos discente do 5º ano “D” da Escola Castro Alves da sede municipal; 2) Visitas a Secretaria de Educação do Município de Normandia; 3) na observação das aulas 4) a observação do espaço escolar. A análise dos dados forneceu as informações necessárias sobre o ensino.

Na primeira etapa da pesquisa dia 19 de outubro foi consultada a secretaria de educação, municipal, com o objetivo de obter as informações iniciais sobre a rede escolar. Nessa etapa, ficou claro que a Secretaria Municipal de Educação está alheia a questão da interculturalidade no espaço escolar. A Secretaria Municipal de Educação de Normandia reconhece a diversidade cultural existente nas escolas municipais, porém não possui informações estatísticas sobre a quantidade de estudantes indígenas e não indígenas nas escolas e nem mesmo sobre quais são as ações desenvolvidas nas escolas para garantir o que preconiza a LDB em seu Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Para a coleta de dados com os estudantes tentou-se primeiramente a estratégia de entrevista, porém tornou-se difícil devido a timidez dos estudantes, com isso optou-se por utilizar o questionário, buscou-se informações sobre migração, interação social, cultura e etnia. Com o docente foi utilizado o questionário e entrevista, para tentar compreender realmente o processo de ensino aprendizagem na perspectiva da interculturalidade.

Município de Normandia, possui uma rede de 46 escolas, abrangendo área urbana, rurais e comunidades indígenas. A grande maioria destas escolas está localizada em áreas de difícil acesso.

Os dados recolhidos por meio dos questionários aplicados aos estudantes, professor e gestor da escola da sede do município de Normandia foram analisados qualitativamente e pelo cruzamento de informações e pela observação direta da investigadora, como exige os métodos da pesquisa etnográfica.

A apresentação da pesquisadora para a turma do 5º ano D causou muita curiosidade por parte dos estudantes. Assim dia 17 de outubro de 2018 ocorreu a pesquisa com os estudantes e professor da turma, no primeiro momento a pesquisadora explicou a importância da pesquisa para os estudantes, os estudantes aceitaram participar da entrevista, no primeiro momento a entrevista seria gravada, porém, devido a timidez dos estudantes, a entrevista foi realizada através de um questionário, onde as perguntas foram explicadas com o objetivo de sanar as dúvidas dos estudantes.

Na entrevista aplicada ao professor e gestor da escola da sede do município, procurou-se obter informações sobre a clientela atendida na unidade escolar, quais as línguas que são faladas no referido espaço, qual a formação acadêmica e profissional do corpo docente e quais são as atitudes tomadas em relação aos estudantes que notoriamente não falam a Língua Portuguesa como primeira língua.

a) Observação da sala de aula

O trabalho ocorreu com uma turma de 5º ano “D” da Escola Castro Alves no Município de Normandia, a turma é composta por 22 estudantes, de acordo com a documentação da pasta dos estudantes 04 são indígenas estão com a declaração do tuxaua da comunidade, 19 são estudantes não indígenas pois não possuem a documentação indígena, os indígenas da Escola Castro Alves são makuxi.

Às 07h30min, os estudantes já estão em sala de aula. Dois estudantes, um menino e uma menina, da sala de aula observada são estudantes da inclusão. Esses alunos têm deficiência intelectual moderada, porém não tem nenhum auxiliar para ajudar a professora.

Os estudantes possuem entre 09 e 12 anos, são 12 meninas e 10 meninos que moram na sede de Normandia, outros moram em sítios e fazendas próximas, os estudantes que moram distante da escola utilizam a van escolar da prefeitura.

Alguns desses estudantes se encontram em situação de baixa renda, alguns estudantes fazem uma única refeição que é na escola, alguns se encontram em circunstância de vulnerabilidade social.

Na turma tem estudantes Indígenas, Venezuelanos, Guianenses, Piauiense, Amazonense.

A turma de 5º ano “D” é heterogênea, que precisa de muito planejamento para a condução das aulas, a diversidade cultural da turma faz com que o professor faça atendimentos individuais.

A professora, no dia de nossa coleta de dados, dia 22 de outubro de 2018, após o “Bom dia!” orientou a se organizar nas carteiras aos poucos, em suas carteiras, os estudantes dispõem o caderno, lápis, borracha sobre a carteira, as carteiras estão organizadas em fileiras.

Em seguida, a professora tratou sobre o projeto que está em andamento sobre as regiões do Brasil, onde cada turma ficou responsável por estudar e apresentar as culturas de cada região.

A sala de aula no dia de nossa observação, representada na figura 1, nos permitiu perceber o ambiente estruturado, ao nível de alfabetização dos estudantes, e um ambiente que favorece o desenvolvimento de tarefas pelos estudantes de forma independente com o monitoramento da professora. Na maioria das vezes, primeiramente a professora, explicava as etapas das atividades, em seguida disponibilizava um tempo para que os estudantes as realizassem, a professora continuava na sala de aula auxiliando os estudantes.

A ordem das carteiras em fileiras, parecem ser ordenadas dessa forma com o intuito de manter o controle da turma.

b) Projeto Político Pedagógico

A escola Castro Alves construiu o projeto Político Pedagógico e teve a participação de todos os funcionários na sua elaboração, porém os pais não participaram, por que segundo a Gestora da Escola Castro Alves estava terminando o prazo de entrega para a Secretaria Municipal de Educação.

O Projeto Político Pedagógico segundo Veiga (1995, p. 12) pode se dizer que o projeto político pedagógico é o marco norteador da escola.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Afirmando o que diz Veiga o Projeto Político Pedagógico é um documento que deve ser elaborado com a participação da comunidade escolar, interna e externa. Visando solucionar problemas de acordo com a necessidade de cada um.

A EMCA tem em seu Projeto Político Pedagógico como missão oferecer um ensino de qualidade, pautada nos princípios dos valores sociais credenciada ao educando para a busca da realização pessoal, estimulando a criatividade e participação dos estudantes para que possam atuar na sociedade. Sendo capazes de criar perspectivas de vida, valorizando a cultura local e respeitando a diversidade cultural. Mas a missão da escola segundo a gestora está sendo reelaborada.

Nesse sentido, é fundamental que a escola conquiste a sua autonomia, alcançando as metas traçadas. Para tal, é preciso que comunidade escolar interna e externa participem da partilha do poder, na construção dos objetivos educacionais e na tomada de decisões, que levarão ao cumprimento dos objetivos.

Em análise ao PPP da EMCA foi constatado que o objetivo geral é contribuir para a formação integral do aluno proporcionando-lhe experiências variadas que garantam o seu desenvolvimento físico, social, psicológico e intelectual de acordo com a faixa etária, complementando a ação da família e da comunidade de forma dinâmica, criativa e prazerosa.

A despeito do PPP, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece nos seus artigos que:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência:

- I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e

conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Dessa forma o Projeto Político Pedagógico da EMCA contempla, na sua essência, a qualidade de ensino a ser oferecida, pautando-se na gestão democrática, com princípios de igualdade e liberdade, que é estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Porém o PPP da EMCA ainda não está em execução devido as mudanças que ocorreram com a BNCC o que faz necessário fazer as modificações e encaminhar para análise da Secretaria Municipal de Educação.

4.2 Análises dos dados

Nesta etapa do estudo apresenta-se o registro dos resultados provenientes da entrevista realizada junto ao docente, discentes, pais de estudantes e Gestão escolar, na perspectiva de identificar as contribuições da escola para a manutenção da identidade indígena.

Para um melhor entendimento dos dados apontados buscou-se compreender a relevância dos relatos obtidos a partir da participação dos Estudantes ao longo das diversas atividades desenvolvidas na Escola, tais como: projetos, atividades em sala de aula. A interligação das fontes de informação que validam a análise elaborada pela pesquisadora.

Desse modo foram entrevistados 19 estudantes, 1 docente, o gestor e 10 pais de estudantes que aceitaram participar. A ordem de apresentação das análises dos dados serão a entrevista com o gestor, docente, pais e discentes.

Os estudantes incluídos na investigação foram nomeados e identificados aqui como R1 a R20 (respondentes um a respondente vinte), os pais investigados serão nomeados de R1 a R10 (respondentes um a respondente dez). Assim, a divisão entre os respondentes deu-se por níveis de ensino tendo em vista que, cada um dos níveis mencionados, apresentam particularidades que devem ser observadas na elaboração de estratégias didáticas que realmente possibilitem a aprendizagem dos estudantes.

4.2.1 Entrevista com a Gestão Escolar

Antigamente podia se dizer que o professor era o único responsável pela aprendizagem do aluno, porém nos dias atuais podemos afirmar que a aprendizagem do aluno depende da atuação de toda a equipe pedagógica.

E cada função desempenha um papel fundamental dentro da escola para o sucesso do aluno, desde a direção ao porteiro escolar. O fazer pedagógico permeia toda a escola.

A entrevista com a gestora ocorreu dia 12 de novembro na Escola Municipal Castro Alves na sede de Normandia.

Nesse primeiro momento com o propósito de responder aos objetivos especificados elenca-se parte das respostas à questão de nº 1 da entrevista - com o seguinte enunciado: **Qual a sua formação?**

Quanto a essa questão a Gestora diz que é:

Graduada em pedagogia pela UERR, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Roraimense de Ensino Superior – FARES. Cursando letras inglês pela Universidade Estadual de Roraima.

Em referência a isto, observa-se que a Secretaria Municipal de Educação de Normandia exige que a formação do profissional docente para atuar nos primeiros anos do ensino fundamental seja a Licenciatura em Pedagogia.

Desse modo, em se tratando da formação da gestora, observamos que o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia ofertado pela Universidade Estadual de Roraima tem como objetivo geral:

Desenvolver a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Assim, a maioria dos professores da Escola Municipal Castro Alves são formados em pedagogia, concursados da Prefeitura Municipal de Normandia. Os professores da Escola Municipal Castro Alves atuam com estudantes do 1º ao 5º do Ensino fundamental, ou seja, atuam com os estudantes das séries iniciais do ensino fundamental.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Roraima entende ainda que que a formação do licenciado em Pedagogia

fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. Nesta perspectiva, a docência é compreendida como ação educativa e o processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia.

Segundo Silva (2014), a Pedagogia tem como objetivo principal a melhoria no processo de aprendizagem dos indivíduos, através da reflexão, sistematização e produção de conhecimentos. Como ciência social, a Pedagogia deve estar conectada com o saber produzido socialmente, bem como atender as normas educacionais de cada país no qual ela se insere.

E no tocante a questão de nº 2, a qual o enunciado traz a seguinte proposição:

Quais as dificuldades dos Estudantes indígenas na escola?

Sobre esse enunciado a gestora relata que:

Os estudantes indígenas têm muita defasagem no processo de ensino e aprendizagem, são tímidos, o que torna um desafio para os professores da Escola Municipal Castro Alves, talvez seja devido os professores das comunidades na sua maioria não ter formação. Uma vez que são escolhidos pelo Tuxaua sem levar em conta a formação que é preciso para atuar em sala de aula.

Em referência a formação de professores indígenas, nos Referenciais para a formação de professores indígenas, Grupioni e Monte (2002) afirmam que as questões sobre formação englobam os seguintes aspectos: 1) necessidade de uma formação permanente que possibilite ao profissional indígena completar sua escolaridade até o terceiro grau; 2) a criação de instâncias administrativas que possibilitem a execução dos programas de educação indígena; 3) a participação do professor indígena no processo educacional.

De acordo com D'Angelis (2003, p.34), que trata a formação de professores indígenas diz que:

tem-se que pensar a formação de professores indígenas como sendo, acima de tudo, formação de professores, embora exista uma especificidade no caso do professor indígena, que deverá estar inserido profundamente nas raízes da cultura indígena.

Assim sendo concordando com D'Angelis a formação dos professores indígenas tem que não só abordar a formação de professores, mas formar esse

professor para atuar nas escolas indígenas envolvendo a cultura indígena. O professor para atuar na escola indígena deve ter conhecimento da cultura indígena na qual está inserido.

Desse modo, de acordo com a gestora da Escola Castro Alves alguns professores que passaram no seletivo para atuarem na escola indígena não puderam atuar por que a comunidade indígena não aceitou os professores não indígenas, esses professores tiveram que ser lotados na EMCA na sede do Município de Normandia.

Entretanto, a questão de nº 3 trouxe como enunciado a proposição: ***Como é a relação dos estudantes indígenas e não indígenas na escola?***

Os estudantes indígenas são tímidos, acanhados, isso atrapalha muito a questão da aprendizagem, por isso o professor precisa trabalhar muito a interação em sala de aula. As crianças não indígenas reclamam do cheiro das crianças indígenas, os estudantes indígenas vão descalços para a escola, faltam muito as aulas o que também os prejudicam muito. As queixas que são recorrentes dos indígenas é os apelidos que os estudantes não indígenas falam para os indígenas.

Dessa forma pode se pensar na escola intercultural, que trabalha a interação voltada para o conhecimento e valorização das diferentes culturas existentes no ambiente escolar, a EMCA recebe muitos estudantes indígenas que já estão cursando o 3º ano, 4º ano.

Segundo o MEC, em 2012, a maior parte dos 234 mil estudantes indígenas estava matriculada em colégios nas aldeias. Ao todo, 2.954 escolas atendem esses estudantes no País, sendo que apenas 28.972 estão em escolas urbanas. Nas aldeias, quem dá aulas são professores indígenas (95%). De acordo com o ministério, de 2005 a 2011, 2,8 mil professores indígenas se formaram.

Assim, é necessária uma escola que conheça a cultura dos estudantes indígenas a sua identidade e aprenda a conviver com a demanda dessa população, é percebido na escola que a língua é a maior dificuldade de trabalho com os estudantes indígenas.

A despeito disso Luciano (2006, p.49) diz que:

O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos, conseqüentemente absorvidos pelos sistemas políticos e jurídicos no âmbito do Estado Nacional.

Admitindo as ideias de Luciano de reconhecer os direitos as diferenças culturais dos povos indígenas e trazendo isso para o contexto educacional é possibilitar aos estudantes indígenas o direito de ter sua identidade reconhecida e respeitada.

Quando se direciona o olhar para a questão de número 4: ***Que atividades a escola desenvolve para o direcionamento da interação dos estudantes indígenas e não indígenas?***

A despeito disso a gestora relata que:

São desenvolvidas palestras sobre bullying, atendimento individual e coletivo visando o diálogo, a escola possui um calendário escolar com todas as ações do ano, que vem da Secretaria Municipal de Educação, depois pegamos esse calendário e elaboramos o da escola com a participação dos funcionários da escola.

Em observação a escola e sala de aula podemos afirmar que existem sim ações que trabalham a interação social entre os estudantes, porém essas ações ocorrem devido a alguma data comemorativa.

Fotos 25 - Ações de Interação da Escola



Fonte: Maria Elisângela Lima dos Santos, Normandia/RR.2018.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), no de Art. 26-A. estabelece que: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seus parágrafos trata-se dos conteúdos programáticos para trabalhar história e cultura afro-brasileira e indígena:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Nessa perspectiva, uma importante observação a respeito desses parágrafos não pode ser esquecida, que é o fato de que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar deste não deve se restringir a somente datas comemorativas.

Assim sendo, foi possível observar que a escola precisa melhorar quanto a possibilitar atividades que proporcionem a interação entre estudantes indígenas e não indígenas, de forma que os estudantes conheçam, valorizem e respeitem a sua cultura e a cultura do outro.

A questão de número 5 vem com o seguinte enunciado: ***Os estudantes não indígenas professores e gestores conhecem a cultura e a língua dos estudantes indígenas inserido na escola?***

Alguns conhecem não são todos, por que há uma rotatividade muito grande de professor, e também de estudantes, principalmente dos filhos de militares que vem transferidos, mas que passam pouco tempo na sede do Município. São estudantes que vem do Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza. É quando esses estudantes chegam na escola que percebemos que o nosso ensino e aprendizagem precisa melhorar muito.

Nesse sentido o conhecimento por parte da escola da realidade dos estudantes, suas culturas, de onde vieram é fator importante para o processo de ensino e aprendizagens dos estudantes, a escola ensina para além dos muros da escola, e é através da educação que a educação transforma a realidade dos estudantes.

De acordo com a gestora é muito difícil a escola desenvolver um bom trabalho, devido a grande rotatividade de professores. A questão do deslocamento de pessoas é recorrente na sede do Município de Normandia, devido a falta de mão de obra na cidade, é necessário vir médico de Boa Vista, policias militares e civis a maioria é de Boa Vista, os cargos de concurso público a maioria são pessoas de outras cidades que se deslocam para a sede do Município.

Para tanto a diversidade cultural permeia a escola, assim reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes no contexto escolar e abrir espaços para manifestações e valorização das diferenças é o grande desafio que a escola enfrenta nos dias atuais.

A questão de nº 6, a qual o enunciado traz a seguinte proposição: **Os estudantes indígenas se identificam como tais, na escola?**

A gestora afirma que “Alguns sim e outros não, eles são indígenas mas não querem ser indígenas”. Isto permite considerar que as vivências dos Estudantes no cotidiano escolar indígenas e não indígenas, influenciam a construção da identidade pessoal e profissional através das relações do indivíduo.

De acordo com Santos (2017) a escola urbana não se preparou para receber estudantes de culturas diversas, dentre as quais destacam-se as crianças de cultura indígena que saem de sua comunidade para morar na cidade, trazendo consigo modos próprios de perceber o mundo, de se expressar e de apreender conhecimentos. As escolas urbanas não foram e não estão preparadas para receber essa clientela, e um dos fatores que contribuem para isso é a formação de seus profissionais ser ineficiente para lidarem com as crianças indígenas, com modos próprios, específicos e diferenciados de apreender conhecimentos.

4.2.2 Entrevista com o docente

Dessa forma e com o propósito de responder aos objetivos especificados elenca-se parte das respostas à questão de nº 1 da entrevista com o Docente - tendo o seguinte enunciado: **Qual a sua formação docente?**

“Letras com habilitação em inglês e em pedagogia pela Faculdade Roraimense de Ensino Superior (FARES)”.

Nesse sentido o cenário educacional exige dos docentes uma nova postura no desenvolvimento de suas práxis que devem estar em conformidade com as demandas socioculturais a fim de que sua prática oportunize aos estudantes uma formação que garanta aos mesmos, os conhecimentos necessários para uma atuação significativa na sociedade frente as mudanças e transformações sociais. Para tanto, é preciso que as instituições de ensino garantam espaços para a formação continuada dos professores com vistas a aperfeiçoar cada vez mais a sua prática.

Entretanto, observa-se que a Escola Castro Alves tem seu espaço para reuniões e formação do corpo docente. De acordo com a professora a secretaria de educação oferta os cursos de formação e faz parceria com as faculdades para que os professores se capacitem.

O professor da turma de 5º de acordo com a sua formação tem a possibilidade refletir voltando-se para si próprio através do outro no contato de suas vivências pedagógicas.

Corroborando com essa compreensão, Imbernón (2010), são cinco grandes linhas ou eixos de atuação na formação permanente: a reflexão prático-teórica sobre a própria prática, mediante a análise, a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a realidade; a troca de experiências entre iguais [...]; a união da formação a um projeto de trabalho; a formação como estímulo crítico [...] e o desenvolvimento profissional da instituição educativa mediante o trabalho conjunto para transformar essa prática [...].

A formação continuada dos professores constitui-se como uma ferramenta que possibilita uma reflexão e mudança para uma prática educativa significativa e de qualidade, pois favorece o diálogo pela busca por melhorias na prática e no processo de ensino aprendizagem, a partir das demandas identificadas no contexto escolar atual.

E no tocante a questão de nº 2, a qual o enunciado traz a seguinte proposição: ***Quais os desafios e dificuldades enfrentados pelos estudantes indígenas durante sua adaptação à nova Escola?***

Sobre essa pergunta a professora relata que: “Às vezes se tornam difíceis devido o acompanhamento da família, os pais não comparecem a escola, a questão da assiduidade e várias outras questões”.

Em observação ao relato da professora, a principal dificuldade é o acompanhamento da família no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Sobre esta questão o autor CHINOY (2008, p.223) aborda que: “família tem como função social transmitir a criança normas e condutas, valores e crenças, requisitos da reprodução humana para a manutenção e continuidade da vida humana na terra”.

Nesse sentido, é através do que é vivido e ensinado na família (roça, assembléias) que de certa forma, forma a personalidade da criança, a escola apenas complementa. Assim a participação da família no acompanhamento escolar do aluno é essencial para o desenvolvimento da sua aprendizagem.

A professora relata ainda que os estudantes faltam muito e chegam atrasados e que os pais não têm uma justificativa para a escola na sede de Normandia, de tantas faltas e atrasos. Porém para ajudar a minimizar essas ocorrências a professora faz um relatório e encaminha para a Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional que trabalha em parceria com o conselho tutelar e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que através de uma equipe multidisciplinar faz a visita técnica a casa do estudante, para averiguar os motivos dos estudantes estarem faltando as aulas, logo depois, fazem a devolutiva a escola dos motivos das faltas, e o que será encaminhado pelo CRAS.

Por outro lado, a questão de nº 3 trouxe como enunciado a proposição: ***Os estudantes indígenas se auto identificam como tais na sede do município de Normandia?***

Sobre esse enunciado a professora relata que: “A princípio é difícil pra eles, mais no decorrer do ano letivo, trabalhando os costumes a cultura a etnia, eles se identificam sim!”. Assim de acordo com a professora pesquisada a escola trabalha projetos onde tentam envolver a família dos estudantes no contexto escolar, mas é difícil conseguir o envolvimento das famílias.

Na escola nunca foi trabalhada a questão da língua no sentido de manutenção da cultura indígena que sofreu bastante interferência da língua portuguesa.

Garantir as aulas de língua indígena na escola de fato é fator que colabora na manutenção da cultura indígena, mas sabemos que esse não é o único passo e nem mesmo a única ação possível e necessária para manter viva uma língua minoritária.

Diante desse contexto foi possível observar, a partir das aulas e na participação em reuniões e encontros pedagógicos realizados na Escola Cândida Meneses, na época que atuei como docente na referida escola, que as mudanças interferiram no desenvolvimento do trabalho pedagógico, principalmente, na prática dos docentes, os estudantes indígenas não participavam das aulas, eram calados, sempre de cabeça baixa, assustados com a nova cultura.

De acordo com Vale (2012a. P. 115):

Não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que constituem, seja no sentido de cultura como no conjunto de relações que os distinguem ou no sentido do que se refere à de significados a dimensão simbólica.

Nesse sentido, o deslocamento indígena da Raposa Serra do Sol para a sede de Normandia seja ela por motivos de trabalho, por melhores escolas, por situações econômicas, criou de certa forma o movimento de interculturalidade possibilitando a convivência e coexistência entre indígenas e não indígenas, que aprenderam a conviver um com o outro.

Quando se direciona o olhar para a questão de número 4: ***Como os indígenas na sede de Normandia fazem para manter sua cultura e utilização da língua makuxi?***

A professora diz que: “Alguns moram na sede, mas também residem na comunidade nos finais de semana, nas férias, outros não sabem falar a língua makuxi”.

Diante do posicionamento apresentado, é possível afirmar que os indígenas moram na sede, mas estão em constante interação com sua cultura. Porém e principalmente as crianças não utilizam a língua makuxi, por que não sabem falar.

O deslocamento dos indígenas não se deu somente no Município de Normandia, na sala do 5º ano alguns makuxi vieram de outros municípios como Bonfim e Amajari.

Entretanto a escola deve estar preparada para receber esses estudantes, embora seja uma escola da zona urbana, trabalhar a pluralidade cultural é proporcionar aos estudantes a interação social sem sobrepor uma cultura a outra.

Sendo assim, como pode ser trabalhado na escola urbana assegurando aos estudantes indígenas e não indígenas que tenham seus direitos garantidos em lei?

Cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as culturas que permeiam a realidade dos estudantes.

Segundo Silva (1996, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

Dessa forma, os objetivos educacionais, e o currículo, devem estar relacionados diretamente aos comportamentos sociais.

Para Apple (2006, p. 24) ainda sobre currículo:

Assim precisamos investigar rigorosamente a forma e o conteúdo do currículo, as relações sociais da sala de aula e as maneiras pelas quais conceitualizamos estas coisas, como expressões culturais de determinados grupos em determinadas instituições e em determinada época.

Nesse sentido, a investigação rigorosa do currículo evidencia o tipo de cidadão que a escola irá formar. Assim a relação de poder e identidades sociais devem permear a prática pedagógica docente, trabalhando as relações sociais.

E no tocante a questão de nº 5: ***Como os estudantes não indígenas interagem com os estudantes indígenas?***

A professora relatou que: “Pelo fato de estudarem na mesma escola pelo menos dois ou três anos a socialização é normal, amizade respeito, os trabalhos em grupos uns ajudam os outros”.

A despeito disso, vale destacar que a escola é o espaço onde se encontram as mais variadas culturas, possibilitar o conhecimento dessa diversidade cultural é proporcionar aos estudantes o respeito pela cultura do outro.

Ogbu (1992) defende a sua própria definição de cultura que consiste em cinco componentes analíticas: o que leva a ter esse comportamento, os códigos e apropriações, as expectativas e emoções subjacentes a esses comportamentos habituais, os artefatos; as instituições e por último, os modelos das relações sociais.

Ele ainda, defende que é neste contexto escolar que as diferenças culturais podem ser notadas, porque cada grupo tem uma maneira própria de se integrar e assimilar a nova cultura.

Para Pereira (2004) a educação multicultural que trabalha com essa variedade cultural pode ser definida, como o conjunto de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas ao nível do sistema, da escola e da turma, cujo objetivo é promover a igualdade racial e eliminar formas de discriminação e opressão, quer individuais quer institucionais. Desta forma, a educação multicultural e a educação antirracista promovem a partilha, a valorização e o respeito pela diversidade das culturas representadas na turma, na escola e na comunidade, assim como combatemos preconceitos e as discriminações étnicas.

Assim para esse autor a educação multicultural ainda é a melhor ferramenta para a escola promover a interação social.

Quando se aborda a questão de número 6: ***Os estudantes não indígenas conhecem a cultura dos estudantes indígenas?***

A professora diz que:

Alguns, sim outros ainda não pois quando tem alguma festividade próxima, as pessoas que moram na sede, tem participação nas comunidades, levam seus filhos e acabam conhecendo um pouco da realidade, da cultura do povo indígena. (professora da turma de 5º ano da EMCA)

Nesse sentido, podemos afirmar que a demarcação da TI RSS não impediu a o movimento de interação social entre brancos e indígenas.

Observa-se que ao longo da realização da pesquisa muitas situações positivas que apontam a necessidade da manutenção dos funcionamentos de cursos de línguas, foram apresentadas e ainda foi destacada como a necessidade urgente, se buscar mecanismos para fazer acontecer, na real perspectiva de uma política de inclusão com responsabilidade social.

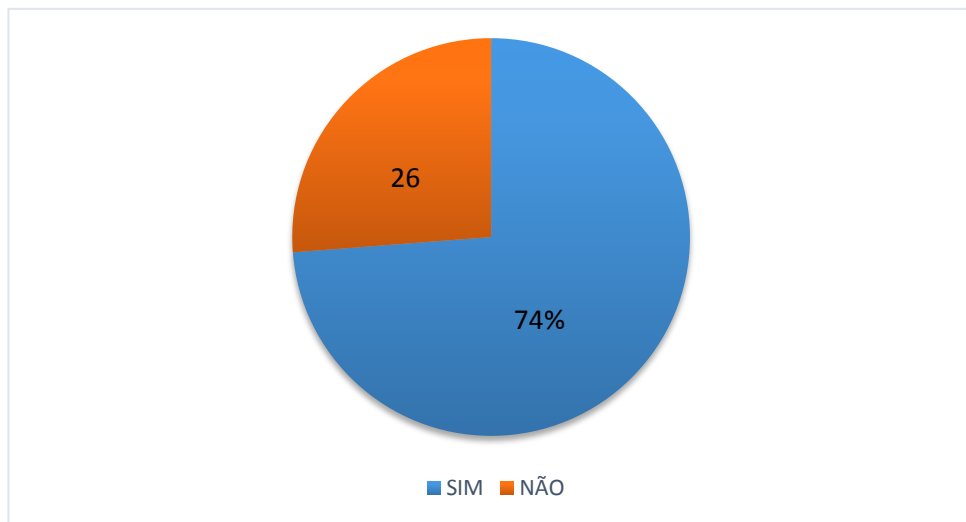
Salienta-se na escola a necessidade de se primar pela construção de uma equipe docente com perfil coadunado com um ensino na dimensão de práticas que incentivem, a participação da família e o sucesso dos estudantes, compromissados com as normas institucionais e com a formação continua a favor das políticas e práticas pedagógicas para uma educação cultural.

4.2.3 Entrevista com os pais

Com vistas a dar veracidade ao trabalho, os pais também foram pesquisados, na perspectiva de fazer um paralelo com as respostas das entrevistas com os discentes, docentes e gestão escolar, para dar mais veracidade a pesquisa.

Dessa forma e com o propósito de responder aos objetivos especificados elenca-se parte das respostas à questão de nº 1 que traz o enunciado: ***Você é indígena? fala makuxi? veio de qual comunidade ou município?***

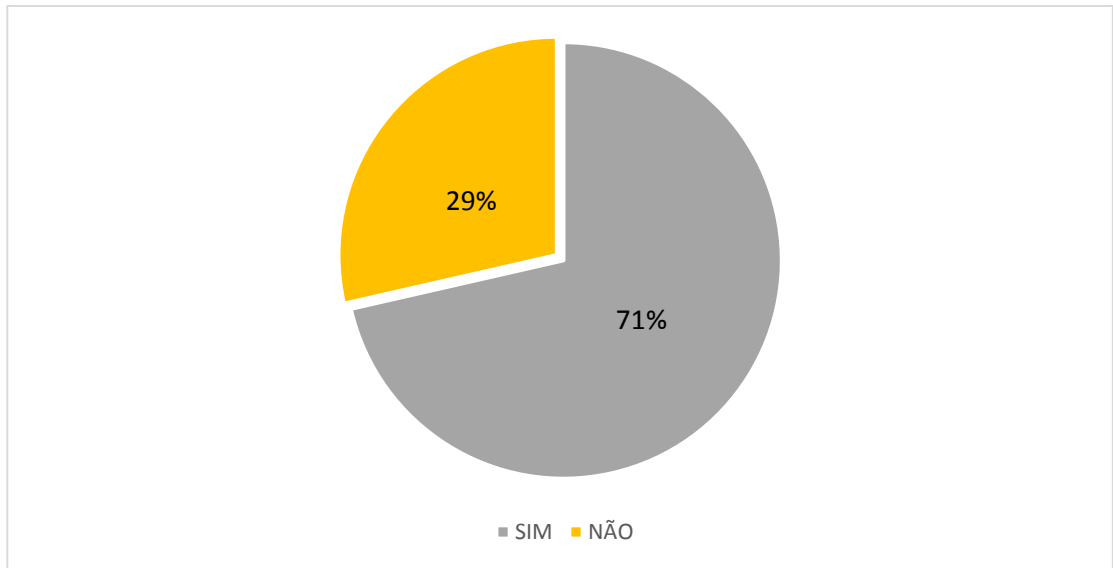
GRÁFICO 1: Você é indígena?



Fonte: Elaborado por Maria Elisângela Lima dos Santos, 2019.

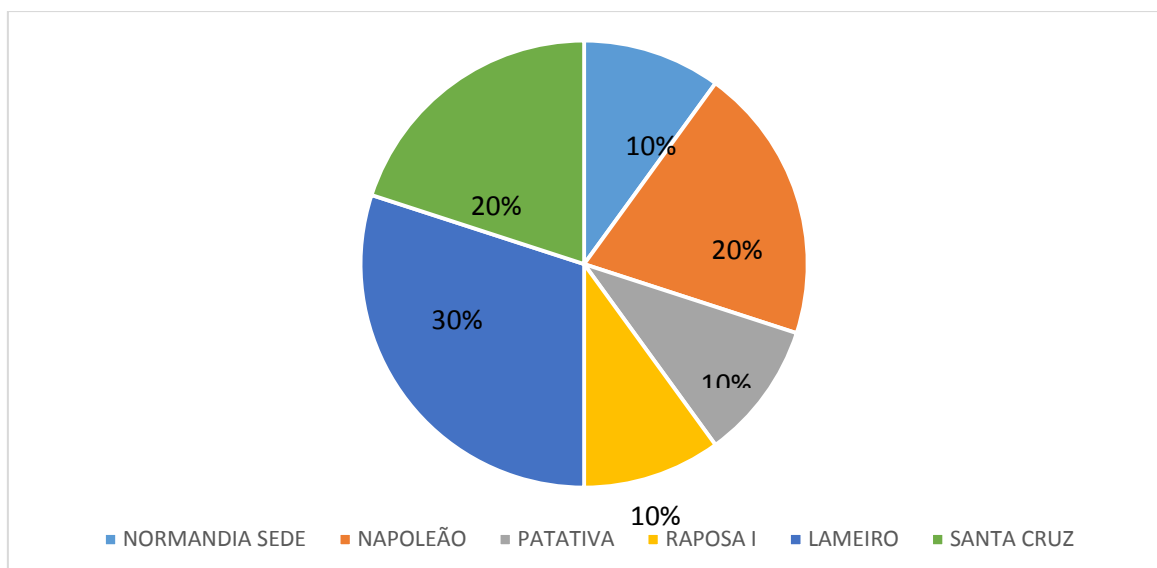
O gráfico de nº 1 nos permite verificar que a maioria dos pais que aceitaram participar da pesquisa são indígenas da etnia makuxi.

Os resultados apontados neste escopo configuram-se em uma realidade recorrente nas escolas do Estado, nestas duas últimas décadas decorrente da homologação das TI em Roraima.

O GRÁFICO 2: Fala Makuxi?

Fonte: Elaborado por Maria Elisângela Lima dos Santos, 2019.

Os resultados apontados no gráfico de nº 2 nos permite inferir que os indígenas por algum motivo esqueceram ou nunca aprenderam a língua makuxi. Considerando que existem também os indígenas oriundos da Guiana que falam makuxi e a língua inglesa e que também frequentam a sala de aula do 5º ano “D”.

GRÁFICO 3: Veio de qual Comunidade ou Município?

Fonte: Elaborado por Maria Elisângela Lima dos Santos, 2019.

Desse modo, é possível afirmar que os indígenas se deslocaram de comunidades indígenas próximas da sede de Normandia, a comunidade do Lameiro foi onde mais se deslocaram para a sede, desse modo a Comunidade do Lameiro fica a uma distância de 3,5 quilômetros de Normandia Sede.

Ao direcionar o olhar para a questão de nº 2 com o enunciado: ***Mora em Normandia há quanto tempo? Porque se mudaram para cá?***

Os entrevistados moram na sede do Município de Normandia entre 01 a 37 anos, o que pode confirmar por que os indígenas não falam a língua Makuxi, uma vez que estão a muito tempo na cidade sem utilização da língua.

Nesse sentido, com o intuito de dar qualidade a pesquisa foi questionado dos indígenas *por que se mudaram para Normandia Sede?* Os indígenas relataram que: “Por causa de doença minha irmã me levou para tratar doença e não voltei, fiquei em Normandia, casei com um Paraense e nunca mais voltei, hoje temos 09 filhos”. É comum o casamento do indígena com o não indígena na sede de Normandia.

Conheci um rapaz na comunidade, namorei com ele depois de 1 ano engravidei, ele disse que iria voltar para cidade de Normandia o trabalho dele na comunidade acabou, eu pedi pra ir com ele, e ele me trouxe. Vivemos juntos a 12 anos e temos 2 filhos.

Estou morando em Normandia, por que está surgindo uma nova comunidade “Teso do Passarinho”, que é próxima daqui, trouxemos nosso gado da Comunidade Napoleão, e estamos cuidando dele no nosso lugar no Teso do Passarinho. E colocamos nossos filhos para estudar aqui cidade de Normandia, temos 09 filhos

Diante dos posicionamentos apresentados é possível inferir que vários foram os motivos para o deslocamento dos indígenas para a sede de Normandia, motivos esses relacionados a: Saúde, Casamento, Economia, Educação.

Assim a questão de nº 3: ***Quais são as dificuldades de seus filhos na escola?***

Para os pais os estudantes: “Não teve dificuldade, eu tento participar de todas a reuniões e eventos da escola, só não participo se não estiver aqui, por que sempre vou no Teso do Passarinho⁵.”

⁵ Comunidade Indígena que está sendo formada próximo a sede de Normandia-RR.

Nesse sentido a maioria dos pais relataram que os filhos não têm dificuldades nenhuma na escola, porém a gestora disse que os estudantes indígenas sentem muita dificuldade principalmente na aprendizagem, já o docente disse que o não acompanhamento da família no processo de ensino aprendizagem é um dos fatores que contribuem para a dificuldade dos estudantes na escola.

Assim a questão de nº 4 traz o enunciado: ***Como os indígenas na sede de Normandia fazem para manter sua cultura e utilização da língua makuxi?***

“Aqui na sede de Normandia os colegas têm vergonha de falar a língua makuxi, por que não querem mostrar a cultura antiga né”. “Eu falo Makuxi por que minha mãe me deu pra minha avó e ela me ensinou, aqui tem os indígenas tem o Makuxi misturado com a língua inglesa que vem da Guiana, aí eu não entendo. Ensinei meus filhos a contar e a ler, mas parei eles só sabem contar em Makuxi. Os indígenas têm vergonha de falar Makuxi”. “Eu não sei falar Makuxi, mas minha mãe fala, nunca quis ensinar, só quem fala são os mais velhos que foram criados pela vovó”. “ Os meus dois irmãos mais velhos falam Makuxi por que minha avó ensinou”.

Conforme os trechos das falas dos pais, os avós falam Makuxi e repassam para os netos, mas os pais não repassam para os filhos, alguns disseram que: “É por que não falo já a muito tempo; casei e meu marido não fala a língua Makuxi; meus filhos nasceram e não ensinei, por que aqui não usamos.”

Conforme menciona Geertz (1989, p. 15): “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise”. O autor faz ainda uma definição a cultura “A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base da especificidade” (p.15).

O que ocorre na sede do Município de Normandia é que os anciões das comunidades ensinam a sua cultura, porém os filhos não repassam esse ensinamento, assim o ancião falece levando consigo todo o conhecimento de vida, seus costumes, linguagem e crenças, o que de certa forma favorece a ressignificação da cultura indígena.

Foi possível observar que para os indígenas, não existe a questão da fronteira, para tanto, os indígenas da Guiana Inglesa fazem esse processo de

deslocamento constantemente, os indígenas Makuxi do Município de Normandia sentem dificuldade em se comunicar com os Makuxi da Guiana devido a mistura que fazem da língua Makuxi com a língua inglesa.

Desse modo, os indígenas Makuxi do Município de Normandia falam a língua Makuxi e Portuguesa, já os indígenas oriundos da Guiana falam a língua Makuxi, Portuguesa e Inglês.

A questão de nº 5: ***Você conhece algum projeto que a escola desenvolve que trabalha a diversidade cultural dos estudantes?***

Os pais relataram que não, nunca souberam de algum projeto que a escola tenha desenvolvido que trabalhasse a questão cultural dos estudantes.

Sobre isso na observação a escola, os eventos e trabalhos desenvolvidos devem ser mais divulgados, para a comunidade externa para que os pais tenham um contato de confiança e conhecimento do que está sendo desenvolvido na escola.

De acordo com Soares (2003, p.165) a diversidade cultural na escola tem uma finalidade muito importante e ressalta que:

“O grande desafio que se coloca é a necessidade de entender a relação entre cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar ou fonte, de que se nutre o processo educacional, onde se formam pessoas e consciência.”

Nesse sentido, afirmando o que diz Soares para que a escola desenvolva um trabalho que atenda a relação entre cultura e educação a EMCA deve entender que não deve existir uma separação entre ambas por que cultura e educação caminham juntas e é na escola o lugar em que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades, a escola deve possibilitar estratégias de aprendizagens diferentes, visto que cada aluno possui formas diferentes de compreensão.

No tocante a questão de nº 6 que tem o enunciado: ***A escola conhece sua cultura? Você considera importante preservar a cultura indígena?***

Todos os pais afirmaram que a escola não conhece sua cultura. Quanto os pais *considerar importante preservar a cultura indígena* os pais relataram: “É importante sim, a escola deveria fazer projetos sociais e sobre cultura para que todos conheçam nossa cultura”. “É importante preservar por que é muito bonita a

cultura indígena”. “É muito importante não deixar a cultura, por que tem muito indígena que não quer mais a cultura, principalmente que moram aqui”.

Assim os pais disseram que é importante sim preservar a cultura indígena, a maioria dos indígenas da sede de Normandia não conhecem sua cultura principalmente as crianças, que nasceram e cresceram fora da Comunidade indígena.

Historicamente falando, a escola tem dificuldade em trabalhar a diversidade cultural dos estudantes, na verdade a escola não está preparada para trabalhar em seu currículo as diversas culturas existentes, falta de preparação dos Docentes e da escola como um todo são as principais dificuldades.

Neste sentido Moreira (2001, p. 43) propõe a seguinte reflexão:

Que Docentes estão sendo formados, por meio dos currículos atuais, tanto na formação inicial como na formação continuada? Que Docentes deveriam ser formados? Docentes sintonizados com os padrões dominantes ou Docentes abertos tanto à pluralidade cultural da sociedade mais ampla, como à pluralidade de identidades presente no contexto específico em que se desenvolve a prática pedagógica? Docentes comprometidos com o arranjo social existente ou Docentes questionadores e críticos?

Contudo, a formação dos Docentes é imprescindível para uma educação escolar que possibilite a interação social e preservação da diversidade cultural dando oportunidade aos estudantes de vivências com as diferentes culturas existentes na escola.

4.2.4 Entrevista com os discentes

Nesta etapa apresenta-se as análises das entrevistas com os discentes, com o intuito de compreender como os estudantes percebem-se, ou seja, é o conhecimento ou reconhecimento da sua identidade, tanto pela comunidade escolar como por si mesmo.

Dessa forma, a 1^o questão vem com a seguinte pergunta: ***Você é indígena? fala makuxi? veio de qual comunidade ou município?***

Para essa questão de 20 estudantes pesquisados, 11 (onze) disseram que são indígenas e 09 (nove) disseram não ser indígena, apesar das características físicas. Assim, nenhum estudante fala a língua makuxi ou outra língua.

Questionados por que não falam a língua makuxi ou outra língua materna, não souberam responder.

Os estudantes vieram para o Município de Normandia dos municípios de Amajari, Bonfim, são João da Baliza, Boa Vista; da cidade de Manaus, Piauí, Maranhão; Comunidade Reforma e Napoleão, Santa Cruz.

Os estudantes que se identificaram como indígenas se deslocaram de Manaus, Amajari, Bonfim, são João da Baliza, Boa Vista, Comunidade Reforma, Comunidade do Napoleão.

Os indígenas levaram sua cultura seus conhecimentos e adquiriram outros. De acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), as culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos, na produção de conhecimentos, etc. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social.

Para tanto a questão de nº 2 vem com a seguinte proposição: ***Quais suas dificuldades na escola?***

A maioria dos estudantes disseram não ter nenhuma dificuldade na escola, porém alguns disseram ter dificuldade em: Português, dificuldades de aprendizagem, matemática.

Assim a participação da família no ambiente escolar é fundamental no processo ensino- aprendizagem, família e escola são os principais suportes com que a criança pode contar para enfrentar desafios, visto que, integradas e atentas podem detectar dificuldades de aprendizagem que ela possa apresentar, podendo contribuir de maneira eficiente em benefício da mesma, a família deve ser parceira, aliada à escola e aos Docentes, para juntos oferecerem um trabalho de envolvimento e cumplicidade nos assuntos relacionados ao ambiente escolar.

Com isso podemos afirmar que o processo de ensino e toda a ação pedagógica precisam ser concebidos e planejados de maneira a possibilitar melhorias das condições e situações de aprendizagem dos estudantes.

Ao se direcionar o olhar para a prática educativa, não se pode dissociá-la da rotina em sala de aula, mas correlacioná-la aos diversos processos e instrumentos que a embasam. Dentre as quais destacam-se: a organização, a execução das disciplinas programáticas/componentes curriculares, procedimentos e instrumentos

metodológicos e avaliativos, bem como os resultados das aprendizagens, sendo estes, considerados em suas diferentes particularidades.

Nesse sentido, o professor deveria desempenhar um papel muito importante de mediar os saberes dos componentes curriculares para seus estudantes indígenas. Segundo Cavalcante (2003, p. 22):

[...] Os processos de escolarização e formação de Docentes muito têm a se beneficiar com os estudos culturais, que trazem à reflexão discussões instigantes e polêmicas, bem como oferecem novas visões que podem aprofundar a análise da problemática enfrentada pelos educadores no cotidiano das escolas.

Admitindo as ideias de Cavalcante observa-se que durante o acompanhamento pedagógico, coordenador e professor interatuam sob os diferentes indivíduos do processo educativo na prática pedagógica, favorecendo espaços de reflexão sobre processos que promovam mudanças progressivas na prática pedagógica, para uma atuação de forma consciente e responsável na educação intercultural.

Assim, com o propósito de responder aos objetivos especificados elenca-se parte das respostas à questão de nº 3 da entrevista com o Docente - tendo o seguinte enunciado: ***Como é sua relação com os estudantes não indígenas e indígenas?***

“A minha dificuldade na escola foi a amizade, foi muito difícil me adaptar com meus colegas”. “A minha dificuldade é que meus colegas me tratam mal”. (fala de estudantes do 5º ano da EMCA).

Em análises aos relatos, pode se afirmar que a atuação da equipe pedagógica tem que ser estratégica à medida que fomenta o repensar e o redimensionar dos processos de ensino de maneira sistemática e ainda se apropria de informações quanto as dificuldades e incongruências presentes no cotidiano escolar, por vezes, pouco compreendido pelos sujeitos relacionados a esses processos, no sentido de buscar possíveis soluções coletivas, de modo que estes possam enfrentar as dificuldades ou entraves ao desenvolver suas práticas e que estas contribuam para a obtenção do êxito.

Segundo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) (1997) A percepção da possibilidade de interação efetiva com o social poderá se dar também com a vivência de proposição e estabelecimento de normas e regulamentos de convívio cotidiano. Uma possibilidade didática é exercitar a capacidade de definição coletiva do uso de espaços e tempos comuns, escolha de atividades, definição de regras de conduta, onde a disciplina passa a ter significado de autonomia e responsabilidade mútua.

Em observação a interação em sala de aula do 5º ano, é possível ver os grupos formados, a interação parece boa, porém os grupos atrapalham a interação de uns com outros, é percebido que uns tem facilidade com os conteúdos, outros tem dificuldades e vergonha de perguntar, falar, interagir com outros colegas.

Quando se direciona o olhar para a questão de número 4: ***Mora em Normandia há quanto tempo? Porque se mudaram para cá?***

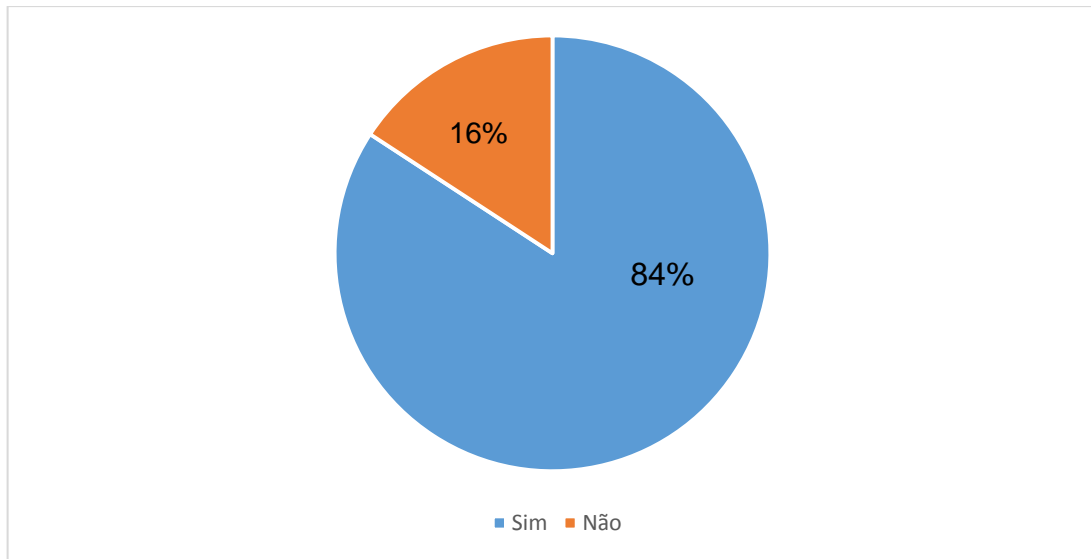
A despeito disso, destaca-se alguns posicionamentos dos estudantes indígenas: “Os sete anos. Porque lá é muito difícil nos alimentos, água”. “Há 5 anos. Por que o amigo do meu pai falou de Normandia para ele e ele veio para cá”. “1 ano. Por que meu pai veio trabalhar eu vim com minha família”. (fala de estudantes do 5º ano da EMCA).

Diante das respostas apresentadas é possível inferir que os deslocamentos dos indígenas se deram por diversos fatores como: falta de alimentação; procura de emprego; melhoria de vida. Sendo assim os motivos que levaram os indígenas a se deslocarem foram econômicos e sociais.

Não se tem um estudo científico que busque discutir as razões motivadoras para o deslocamento, quais as reais causas para essa escolha dos indivíduos que se deslocam para outro lugar que difere em diversos aspectos daquele que estava habituado.

A questão de nº 5 trouxe como enunciado a proposição: ***Você acha importante preservar sua cultura e sua língua? Como fazer para que isso aconteça?***

Gráfico 4: Você acha importante preservar sua cultura e sua língua?



Fonte: Elaborado por Maria Elisângela Lima dos Santos, 2019.

Tais informações oportunizam inferir que um percentual significativo de Estudantes participantes - 84% - consideram que sim é importante preservar a cultura e a língua “sim é importante preservar para que as pessoas tenham respeito por nossa língua”. Porém -16% - dos estudantes disseram que não é importante preservar a cultura e a língua, pois consideram ter a mesma cultura que os não índios, devido os estudantes não ter conhecido sua cultura.

A despeito disso, o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (2017. P, 21) nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Estabelece ainda que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

É oportuno destacar a importância da formação continuada dos docentes, tendo em vista que são estes os profissionais diretamente responsáveis pelo

redimensionamento das práticas pedagógicas cotidianas em sala de aula, na escola pesquisada a maioria dos estudantes são de origem indígenas.

Por outro lado, continuando a segunda pergunta da questão de nº 5 em sequência temos: ***Como fazer para que isso aconteça?***

Quanto a isso, destaca-se alguns posicionamentos: “Praticando”. “Praticando falar a língua”. Nesse sentido, os estudantes conseguem perceber que para preservar a língua e sua cultura, precisam ter contato com a mesma e é praticando que conseguirão preservá-la.

De acordo com SANTOS e SERRÃO (2017) é possível afirmar no processo histórico de lutas e conquistas, para que o professor reconheça e desenvolva um trabalho pedagógico que considere a diversidade cultural na sala de aula, precisa de uma formação de qualidade, com momentos de debates e discussões sobre a educação indígena, e que considerem que as crianças indígenas possam estudar na escola urbana, sendo reconhecidas e valorizadas como tal, com o objetivo de contribuir para a formação destes enquanto cidadãos que reconheçam suas identidades culturais, fortalecendo, assim, sua formação étnico-cultural independente de raça, cor, credo ou classe social.

Assim a questão de Nº 6 vem com o seguinte enunciado: ***Seus Docentes e colegas da escola conhecem sua cultura e sua língua?***

Os estudantes disseram que não, os Docentes e colegas não conhecem sua cultura sua língua.

Para tanto, é afirmativo dizer que para desenvolver um ensino e aprendizagem com sucesso a escola precisa conhecer a vivência de seus estudantes. Desse modo os estudantes indígenas da EMCA estão há muito tempo sem contato com sua cultura vivendo agora na zona urbana.

De acordo com Diniz (1972, p. 16): “Os Makuxi vivem em aldeias espalhadas pelos campos via de regra há um aglomerado de casas e outras afastadas, sendo estas perto das de seus parentes ou isoladas, nas proximidades ou não de criadores de gado”.

Na sede de Normandia os indígenas moram na cidade e outros afastados em sítios e comunidades no entorno. Porém observamos que ainda tem traços da cultura indígena do campo, criam: porcos, galinha, pescam, caçam, plantam. A rede

também é muito usada pelo indígena é comum vermos na cidade redes armadas embaixo de árvores.

Desse modo, não tem como não diferenciar o indígena do não indígena, por que é muito evidente até a questão da moradia indígena e do não indígena, embora tenham casa de alvenaria os indígenas não abrem mão de ter ao lado a casa de palha.

De acordo com a pesquisa os pais e estudantes disseram que a escola e colegas não conhecem sua cultura, porém a gestão e o docente disseram que alguns conhecem sim a cultura devido a proximidade da sede de Normandia com as comunidades indígenas, os festejos, campeonatos de futebol são os principais fatores de interação social entre indígenas e não indígenas.

O resultado obtido traz a resolução de que a gestão escolar, Docentes, estudantes e pais devem manter relacionamentos harmônicos, a fim de que a escola conheça de fato o estudante e sua cultura, com o fim de poder auxiliá-los em suas dificuldades de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa na EMCA na sede do Município de Normandia foi bastante importante para compreensão e análise da dinâmica das relações no contexto escolar intercultural, com suas particularidades e desafios. Também, porque traz subsídios teóricos para pesquisadores/estudiosos da temática indígena e seus desdobramentos legais advindos das legislações e instâncias educacionais, particularmente o Ministério da Educação.

Neste sentido, ao entrevistar as pessoas da comunidade escolar durante a realização do estudo me permitiu apreender a complexidade deste espaço cultural, de produção de conhecimentos e interações/relações sociais, particularmente, a partir da aproximação com os pais indígenas e suas percepções sobre a escola.

Também a partir da imersão e do envolvimento com os sujeitos da pesquisa, que foram entrevistados e nas interações diárias, percebi a princípio resistência dos mesmos quanto à participação no presente estudo, pois “negavam a sua própria identidade indígena”, considerando-se “não indígenas”, uma vez que já assimilaram/apreenderam os valores, a cultura e os comportamentos da sociedade local ou da vida ocidental.

Assim, a pesquisadora ao aprofundar o contato *in loco* com os sujeitos, houve a necessidade de sensibilização dos mesmos no tocante a proposta de estudo e dos objetivos, que posteriormente, possibilitou adesão e os mesmos sentiram-se prestigiados e valorizados em fazer parte do mesmo. Uma vez que, as falas dos sujeitos evidenciam/demonstram uma certa resistência/negação da sua identidade cultural, logo a participação dos sujeitos contribuiu decisivamente para o desenvolvimento deste estudo.

Também durante a realização deste estudo constatei a relevância e revitalização do papel dos idosos na transmissão da cultura e educação indígena aos netos estudantes da escola EMCA, conforme relato de alguns pais, isto evidencia que os idosos têm participação ativa no fortalecimento das tradições, costumes e transformações das gerações, considerando seus conhecimentos, experiências e importância social nas comunidades/aldeias. Pois de acordo com tais relatos, os pais não tiveram quando criança tais ensinamentos.

Outro aspecto não menos relevante neste estudo, que coloca-se como uma das principais preocupações levantadas pela comunidade escolar é quanto a

realização de uma proposta pedagógica intercultural, que reflita a realidade onde à escola está inserida e dos estudantes indígenas e não indígenas a partir de planejamentos contextualizados e que reflitam as potencialidades e complexidades das interações culturais, mesmo contemplando as diretrizes da legislação educacional vigente do Brasil.

Em síntese, os estudantes indígenas quando ingressam na escola de ensino oficial, o sentimento de pertença ao seu grupo étnico é negado nas relações que estabelecem nesses espaços, a partir da “negação” ou “ocultação” da cosmovisão de mundos de seus ancestrais e da própria identidade

A título de exemplificação posso mencionar, que os estudantes indígenas quando vão para à escola nos primeiros dias, vivenciam “situações/comportamentos de estranhamentos” em relação a outros estudantes não indígenas, pois não tem a preocupação/cuidados com a higiene pessoal - odores corporais/naturais -, bem como vestimenta/calçados - descalços - similares aos não indígenas.

Entretanto, com o decorrer do tempo os estudantes indígenas vão “adequando/padronizando/uniformizando a sua identidade cultural” aos demais estudantes.

O estudante indígena na perspectiva da educação intercultural é compreendido como um indivíduo, que na sua trajetória pessoal e escolar é marcado pelos sonhos, desejos, objetivos e perspectiva de vida/mundo onde as desigualdades e exclusões representam obstáculos a emancipação humana.

Assim, há que se revitalizar os saberes de seus ancestrais e contribuições, particularmente na escola, pois o indígena não é um artefato cultural, que faz parte do imaginário da cultura ocidental, logo não deve ser lembrado apenas nas datas comemorativas das escolas, enquanto ente distante, mas um sujeito de direito e, que como tal é digno de respeito e usufruto do legado que estamos consolidando enquanto civilização.

Para tanto, o estudo em análise buscou uma aproximação do contexto escolar dos estudantes indígenas e não indígenas, para acompanhamento de situações e vivências cotidianas, bem como as implicações das relações interculturais daí decorrentes no aspecto pedagógico.

Pois, o cotidiano escolar apresentou uma enorme oportunidade de possibilitar momentos/espços para “os diálogos” dos sujeitos, considerando as suas especificidades culturais e individuais. Entretanto, nas escolas, objeto deste estudo

percebi a prevalência da “imposição cultural” do sistema educacional vigente ou sociedade dominante em detrimento das diversidades étnicas presente nas salas de aulas do 5º ano do ensino fundamental, reforçando o processo de subalternização nas relações sociais.

Assim neste contexto, os docentes são sujeitos estratégicos para os estabelecimentos de diálogos, entre os estudantes, no sentido de aproximação e respeito pelos outros, a partir da contextualização históricos e cultural do povo brasileiro e, da singularidade humana trazidos de outras áreas do conhecimento como psicologia, sociologia e outras.

E quanto os aspectos acima, pude observar durante a imersão nesta escola, que conforme depoimento dos estudantes e da gestora os docentes não desenvolvem ou não estão sensibilizado, para a importância e necessidade de abordar a questão da diversidade cultural, contribuindo para a intolerância e diversos tipos de violências presentes no contexto escolar. Assim, para corroborar com meus argumentos menciono as “falas” da gestora e de um dos estudantes:

“Os docentes aqui na escola não trabalham a questão da diversidade cultural, no planejamento deles não envolve a interculturalidade. Na sua prática em sala de aula, os docentes só trabalham a interculturalidade quando tem alguma data comemorativa”. (gestora da EMCA).
“A professora nunca falou de cultura” (estudante do 5º ano da EMCA).

Logo, os depoimentos supracitados “contradiz” o docente, que durante o estudo relatou-nos que procura estabelecer tais diálogos junto aos estudantes. Neste sentido, me questiono, os estudantes indígenas serão “ocultados” ou “esquecidos” até quando vamos negar ao “outro” o direito de ser? A escola reforçará “o genocídio dos indígenas e outras minorias” com a nossa omissão ou silêncio? Como podemos contribuir para as mudanças necessárias nesta escola?

Neste sentido, outa finalidade do presente estudo é subsidiar teórica e metodologicamente a comunidade escolar, especialmente, estudante e docentes a partir da oferta de algumas atividades que sugerimos – palestras, oficinas, rodas de conversas, vídeos/ filmes, mostra pedagógica, visitas as comunidades e outras, bem como, contribuições dos estudantes e seus familiares.

Portanto, foi constatado que na EMCA a maioria dos estudantes são de origem indígena, pertencentes a etnia makuxi, desse modo com o desenvolvimento deste estudo observei que é possível desenvolver uma prática pedagógica

diferenciada que atenda a demanda de estudantes indígenas na EMCA que é uma escola urbana, faz-se necessário e urgente a implementação de políticas públicas voltadas para educação escolar indígena na escola que possui em sua maioria estudantes indígenas. No estado de Roraima anualmente as escolas estaduais e municipais recebem crianças e jovens indígenas, porém necessitam de Docentes qualificados para trabalharem com essa realidade. Atualmente a educação na escola urbana ignora o processo de ensino e aprendizagem vivenciado pelos indígenas, em escolas urbanas, localizadas fora de suas comunidades.

Portanto, os resultados obtidos com esse estudo apontam, em primeiro lugar, para a necessidade de preservação da língua Makuxi, e que neste aspecto, a descrição e análise dos dados da entrevista venham contribuir significativamente para elaboração de um curso de línguas, e formação continuada pedagógica, para que os Docentes, possam estar preparados para trabalhar a diversidade cultural existente na escola.

Este trabalho foi importante, pois me possibilitou uma análise da realidade indígena a qual foi muito difícil pelo fato de ter crescido vendo meus pais, tratando os indígenas como intrusos no Município.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor Repórter da Agência Brasil. 11/12/2014 10h48. **Brasil pode perder 30% de suas línguas indígenas nos próximos 15 anos.** Rio de Janeiro. Agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12. Acesso em 06/10/2015.

Andrade, Maria Bernadete Mafra de. **O que é Patrimônio, Cultura e Patrimônio Cultural.** In: Brito, Luiz Carlos Cerquinho de (org.). **Educação patrimonial e formação cultural.** – Manaus: CEFORT, FUA, 2011.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo;** tradução FIGUEIRA, Vinicius. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 05/10/1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL, **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual /** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEC, 1998.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** 3. ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2010.

CANDAU, V. M. F. “Diferenças culturais, interculturalidade e

educação em direitos humanos”. **Revista Educação e Sociedade**, n. 118, 2012.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo** (tradução Claudio Novaes Pinto Coelho). São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Quem é Índio?** pesquisador e professor de antropologia do Museu Nacional (UFRJ) e sócio-fundador do ISA.
https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. acessado em 04.03.2019.

CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. 20. ed São Paulo: Pensamento-cultrix, 2008

DA MATTA, Roberto. **Você tem cultura? In: Explorações – ensaios de sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p.121- 129.

D’ANGELIS, Wilmar R. Kaingang. Propostas para a Formação de Docentes Indígenas no Brasil. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 34-43, fev. 2003.

DICIONÁRIO, **UNESP do português contemporâneo** – Francisco Borba (organizador); Beatriz Nunes de Oliveira Longo, Maria Helena de Moura Neves, Marina Bortolotti Bazzoli e Sebastião Expedito Ignácio; Editora UNESP; 1.470 páginas.

DINIZ, Edson Soares. **Os índios Makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional**. 1972. 173 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1972.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. Oxford Tradução: Sofia Rodrigues Revisão: Levi Condinho. 2000.

FERRAREZI, Celso Junior. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola, 2008.

GEERTZ, Cliford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GRAÚNA, Graça (M. das Graças Ferreira). Cont

rapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi **Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena.** SEF/MEC

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**/tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **A questão multicultural.** In: **Da diáspora,** Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2003.

IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – **Anos iniciais do ensino fundamental: MEC/INEP - Censo Escolar.** 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e para a incerteza.** 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura: um conceito antropológico.** 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

LEITE, Maria Aparecida. **Diversidade Cultural Contexto Escolar.** Itaporanga. PB. 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História.** Lisboa: Presença, 2000.

MAICAS, Parés I. Manuel. **Consideraciones sobre la identidad cultural.** In: MARQUES DE MELO, José (coord.) **Identidades Culturais Latino Americanas em tempo de Comunicação Global.** São Bernardo do Campo: IMS, 1996, p. 17-20.

MAHER, Therezinha Machado. **O bilinguismo e o aluno indígena.** In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. (Orgs.). **Anais do 6º Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena.** Campinas: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena, 2005.

MAGNANI, J. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 17, jul. 2002. 11-29

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCILINO, Ozirlei Teresa. **Educação escolar indígena e interculturalidade: possibilidades de uma práxis inclusiva.** Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro3/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2017.

MOREIRA, A. F. B. (2001). **Currículo, cultura e formação de professores**. Revista Educar, Editora da UFPR, n. 17, (pp. 39 – 52), Curitiba, Brasil.

NASCIMENTO, Allan. **Pessoas Deslocadas Internamente**. 2011.

PEREIRA, Anabela. **Educação multicultural: teorias e práticas**. 1ª ed., Porto: Edições ASA, 2004.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília – UnB, 2012

SANTOS, Lucíola. **A construção do currículo: seleção do conhecimento escolar. Salto para o futuro. Currículo: conhecimento e cultura**. Ano XIX, nº 1, Abr. 2009.
SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SABARIEGO, M. **La Educación Intercultural**. Ante los retos del siglo XXI. Desclée De Brouwer. Bilbao. 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais**. 11. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVEIRA, Antônio. Programa Ambiental: A Última Arca de Noé .Conteúdo: Antonio Silveira Ribeiro dos Santos - **Correio Braziliense. Morte Linguística Anunciada. Coisas da Vida. pg. 3. 03.07.01** www.ultimaarcadenoe.com.br. Acessado dia 07/10/2015.

SOARES, M. B. **Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação. 2003

SOUZA, Ana Hilda Carvalho. C. Haetnger. Laroque, Luís Fernando da Silva busca pelo reconhecimento da identidade étnica Makuxi e Uapixana no contexto urbano de Boa Vista, Roraima, Brasil. Available from:
https://www.researchgate.net/publication/315851449_A_busca_pelo_reconhecimento_o_da_identidade_etnica_Macuxi_e_Wapichana_no_contexto_urbano_de_Boa_Vista_Roraima_Brasil [Acessado dia 02/10/18].

VALE, Ana Lia Farias. **multiterritorialidade e migração em área de fronteira. Estudos transdisciplinares na Amazônia setentrional: fronteiras, migração e políticas públicas/** francilene dos santos rodrigues, mariana cunha , organizadores. – Rio de janeiro: letra capital, 2012a.

Multiterritorialidade e migração em área de fronteira. Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional: fronteiras, migração e políticas públicas/ Francilene dos Santos Rodrigues, Mariana Cunha Pereira, organizadores. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012b.

SANTOS, Rodrigo Barroso dos. SERRÃO, Michelle Carneiro. RELEM – Revista Eletrônica Mutações, jul–dez, 2017 ©by Ufam/Icsez

SILVA, Maria Raichelda Freitas. **Curso de Pedagogia no Brasil: Origem e Desafios.** <https://www.webartigos.com/artigos/o-curso-de-pedagogia-no-brasil-origem-e-desafios/124395>. Publicado em 17 de August de 2014. Acessado em 13.03.2019.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DOCENTE

1. Formação docente:

2. Quais os desafios e dificuldades enfrentados pelos estudantes indígenas durante sua adaptação à vida nova na sede?

3. Os estudantes indígenas se auto identificam como tais na sede do município de Normandia?

4. Como os indígenas na sede de Normandia fazem para manter sua cultura e utilização da língua Makuxi?

5. Como os estudantes não indígenas interagem com os estudantes indígenas?

6. Os estudantes não indígenas conhecem a cultura dos estudantes indígenas?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTUDANTES

1. Você é indígena? fala Makuxi? veio de qual comunidade ou município?

2. Quais são suas dificuldades na escola?

3. Como é sua relação com os estudantes não indígenas?

4. Mora em Normandia há quanto tempo? Porque se mudaram para cá?

5. Você acha importante preservar sua cultura e sua língua? Como fazer para que isso aconteça?

6. Seus professores e colegas da escola conhecem sua cultura e sua língua?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PAIS

1. Você é indígena? Fala Makuxi? Veio de qual comunidade ou município?

2. Mora em Normandia há quanto tempo? Porque se mudaram para cá?

3. Quais são as dificuldades de seus filhos na escola?

4. Como os indígenas na sede de Normandia fazem para manter sua cultura e utilização da língua Makuxi?

5. Você conhece algum projeto que a escola desenvolve que trabalha a diversidade cultural dos estudantes?

6. Como você considera o desenvolvimento escolar de seu filho?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS GESTÃO ESCOLAR

1. Qual a sua formação?

2. Quais as dificuldades dos Estudantes indígenas na escola?

3. Como é a relação dos estudantes indígenas e não indígenas na escola?

4. Que atividades a escola desenvolve para o direcionamento da interação dos estudantes indígenas e não indígenas?

5. Os estudantes não indígenas professores e gestores conhecem a cultura e a língua dos estudantes indígenas inserido na escola?

6. Os estudantes indígenas se identificam como tais, na escola?
